



● português

diálogo

Nº 28 Secretaria Executiva de Mercocidades 2011/2012



ÍNDICE

- . MERCOCIDADES AVANÇA / 5
- . O MERCOSUL, A REGIÃO E O MUNDO / 7
- . PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA UM FUTURO DESEJADO / 11
- . TRABALHAR EM REDE PARA INTEGRAR, INCLUIR CIDADES E CIDADÃ@S / 14
- . CIDADES SOLIDÁRIAS, CIDADES ABERTAS / 20
- . COMUNICAR, UM DESAFIO EM REDE / 25
- . DUAS PROPOSTAS REGIONAIS EM COMUNICAÇÃO / 30
- . PROPOSTAS REGIONAIS FORJANDO IDENTIDADE / 32
- . OS GOVERNOS LOCAIS E O INGRESSO DA VENEZUELA AO MERCOSUL / 37
- . DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL, UM COMPROMISSO REGIONAL / 39
- . A AGENDA SOCIAL DO MERCOSUL / 44
- . A IGUALDADE SOCIAL COMO PRIORIDADE POLÍTICA / 49
- . O PEAS E OS GOVERNOS LOCAIS / 52
- . MERCOCIDADES NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO+20 / 54
- . SECRETARIA EXECUTIVA DA REDE DE MERCOCIDADES (2012 – 2013) QUILMES, ARGENTINA / 60

Secretaria Executiva (2011-2012) e Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades

Secretaria Executiva

Ana Olivera
Intendente de Montevideu

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Integração Regional

Luis Polakof

Diretor da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação, Coordenador da Secretaria Executiva de Mercocidades

Ruben Garcia

Assessor da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Sebastián Valdomir

Coordenador da Secretaria Técnica Permanente

Jorge Rodríguez

Secretaria

Mariela Couto
Tania Fernández
Carolina Suarez

Assessoria Técnica

Mayki Gorosito

Comunicação

Sabrina Crovetto
Pablo Cardozo
Katia Silveira

Finanças

Cristina Pacheco
Gissela Acosta

Cooperação - projetos

Lucía Hornes

Divisão de Relações Internacionais e Cooperação

Luis Piera 1994, Edifício MERCOSUL

CP: 11200, Montevideu, Uruguai

Tel.: +598 2410 6657

Fax: +598 2413 6624 int. 117

email: semontevideo@mercociudades.org – stpm@mercociudades.org

Web: www.mercociudades.org

Ilustrações

Gabriela Perrone

Artista plástica ganhadora do concurso de Murais, organizado pela Unidade Temática de Cultura de Mercocidades em 2010. A imagem da capa foi a ganhadora do concurso.

Agradecemos a Gabriela, as maravilhosas imagens que ilustram esta revista.

Desenho Gráfico

Nicolás Medina

MERCOCIDADES AVANÇA

Ana Olivera, Prefeita de Montevideu / Secretaria Executiva de Mercocidades (2011 - 2012)

Mercocidades cria, cresce, se entretetece.

O mundo se convulsiona, emergem novas realidades, e enquanto isso a rede de cidades aumenta, integra novas associadas, continua trocando experiências, compartilhando projetos e avançando nos caminhos que desde suas origens se traçou como orientações estratégicas de trabalho: aprender uns dos outros e construir um nós.

Desde 1995 viemos tecendo as redes que nos fazem cada vez mais fortes, e nos permitem promover a integração regional desde o social, desde o cultural, desde o local, desde o transversal, desde a vida cotidiana das pessoas.

Com uma agenda independente, porém complementar a das escalas nacionais, coordenada com elas através do Fórum Consultivo de Cidades e Regiões (FCCR) do MERCOSUL, as cidades da Rede enriquecemos e densificamos o processo de construção regional. Conectamos a terra. Implementamos. Gerenciamos os problemas concretos e imediatos sem perder a visão profunda e ampla, garantindo que as cidadãs e os cidadãos estejam no centro da atenção e os cuidados do processo de integração, tanto no imediato como no médio e no longo prazo.

Não é tarefa fácil.

Exige nos reinventarmos de forma permanente, afinar continuamente os instrumentos e as ferramentas, observar rigorosamente os impactos e cultivar inegavelmente uma capacidade para a autocrítica, para a correção e a criação de novos caminhos, que devemos nos animar a percorrer com audácia, quando os antigos já não se mostram produtivos.

Temos acertos, cometemos erros.

As cidades somos mudança e permanência. As redes - esses outros que também somos nós- nos proveem de espelhos e de fontes de inspiração para tentar permanecer no valioso e mudar o inadequado. Para inovar sem perder de vista nossos compromissos.

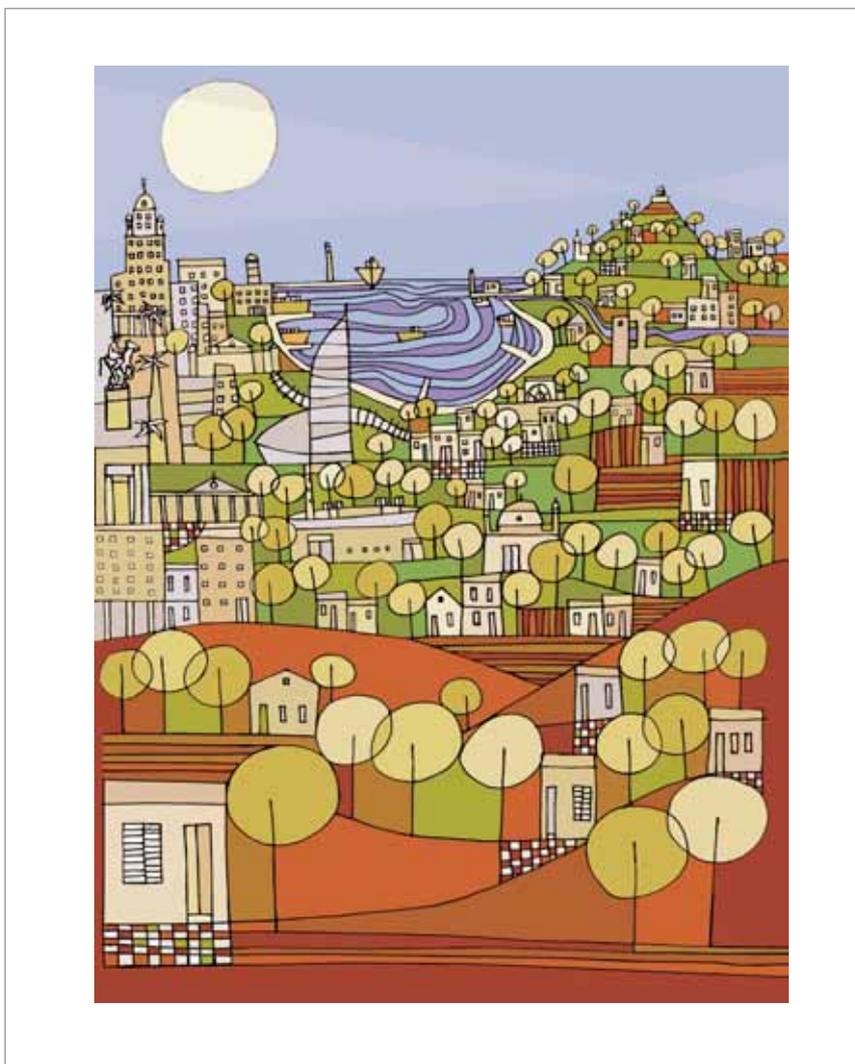
Nesta etapa de trabalho obtivemos a personalidade jurídica da Rede. Debates sobre estratégias de comunicação, sobre planificação e sobre políticas sociais. Analisamos os problemas da sustentabilidade e fizemos ouvir nossa voz ao respeito em Rio+20. Incentivamos o trabalho de nossas Unidades Temáticas e avançamos na consideração das situações de fronteira. Incentivamos concursos, promovemos encontros

culturais, ou seja, como sempre, mudamos ideias e aproximamos laços com o objetivo de nos ajudarmos uns a outros para construir cidades dinâmicas e criativas, que ao mesmo tempo sejam inclusivas, justas e desfrutáveis para todo o nosso povo, e que se percebam a si mesmas como parte de uma mesma região e uma mesma aventura de construção.

Bem como se propõe no processo de elaboração da Declaração Universal de Direitos Urbanos, necessitamos melhorar as infraestruturas de coordenação para a construção comum e a geração de ambientes ativos que permitam gerir a experiência do mundo ao serviço da criação de melhores cidades, reconhecendo que “... *todos construimos cidade por pensamento, ação ou omissão*”¹, promovendo, portanto o protagonismo ativo dos cidadãos e suas organizações nessa construção.

Mercocidades é nossa plataforma regional de aprendizagem coletiva. Mais nos envolvemos com ela, mais reafirmamos nosso compromisso com seu desenvolvimento e sua renovação.

Confiamos em que a Cúpula de Quilmes seja uma nova oportunidade de fortalecimento e confirmação do rumo neste caminho que, no tempo em que transitamos, estamos inventando.



1. <http://declaracionderechosurbanos.com/>

O MERCOSUL, A REGIÃO E O MUNDO

Por Samuel Pinheiro Guimarães¹, ex Alto Representante Geral do MERCOSUL

1. O mundo enfrenta extraordinária crise econômica, social e política, um processo silencioso de degradação ambiental e uma disputa (ainda surda) pela hegemonia mundial.
2. A crise econômica, que emergiu como financeira em 2008 com a falência da firma Lehman Brothers, em Nova York, se transformou rapidamente em uma crise social, com a propagação e a persistência de altos níveis de desemprego dentro e fora dos Estados Unidos, e com efeitos sobre o sistema político e os Governos de diversos países altamente desenvolvidos.
3. Na Europa, políticos conservadores foram eleitos e tecnocratas foram escolhidos para chefiar vários Governos, mas todos eles sob o controle e a orientação da Troika, integrada pelo Banco Central Europeu (BCE), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela Comissão Européia.
4. A Troika, para liberar recursos para “salvar” os Governos devedores dos megabancos e em situação fiscal cada vez pior devido à recessão, exige a execução de políticas de austeridade fiscal, cujo resumo poderia ser o seguinte: salvem-se os bancos (e seus acionistas) e para tal que se elevem os impostos sobre os trabalhadores e a classe média, que se reduzam os salários, que se cortem os programas sociais e os benefícios previdenciários. Estas medidas, que tem uma natureza pró-cíclica, ao reduzir a demanda agravam a recessão, aumentam o desemprego e as tensões e revoltas sociais, em especial nos países que se encontram na periferia da Europa, muitas vezes chamados, de forma irônica e depreciativa, pelo acrônimo de suas iniciais, em inglês PIIGS: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (Spain).
5. Enquanto isto, nos Estados Unidos da América, país devoto, patrocinador e promotor do neoliberalismo, o embate entre os republicanos, de direita e ultra direita, e os democratas, de centro e ultra centro, em torno da cadeira presidencial em novembro de 2012 impede a execução de uma política contra cíclica efetiva de superação da crise. As medidas até agora adotadas têm beneficiado bancos, banqueiros, executivos e investidores com a compra dos títulos tóxicos e uma derrama de trilhões de dólares enquanto os trabalhadores continuam a sofrer com o desemprego e o subemprego e a estagnação, há mais de 20 anos, do salário médio real.

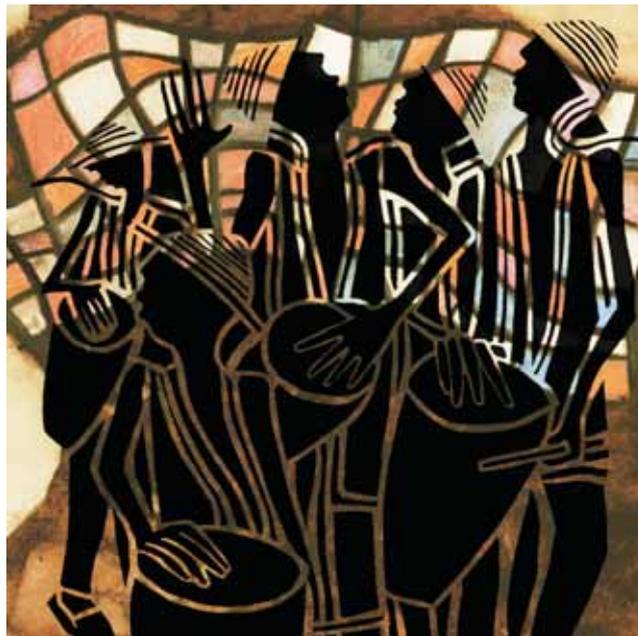
1. Samuel Pinheiro Guimarães é um diplomata brasileiro. Foi secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores de 2003 até 2009, tendo sucedido Osmar Vladimir Chohfi. Foi então empossado como Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). Foi professor da Universidade de Brasília (UnB), atualmente é professor do Instituto Rio Branco (IRBr/MRE). É autor dos livros *Quinhentos anos de periferia (UFRGS/Contraponto, 1999)* e *Desafios brasileiros na era dos gigantes (Contraponto, 2006)*. Foi eleito Intelectual do Ano em 2006 (Troféu Juca Pato) pela União Brasileira de Escritores. Em 19 de janeiro de 2011, o embaixador foi designado Alto-Representante Geral do Mercosul tendo como funções a articulação política, formulação de propostas e representação das posições comuns do bloco. Renunciou ao cargo, contudo, em 28 de junho de 2012.

6. A crise econômica e financeira, que permanece (em parte) devido à resistência das instituições financeiras a serem regulamentadas (inclusive quanto aos fundos nos paraísos fiscais) e, de outro lado, à reduzida expectativa de lucros que leva à aversão ao risco de novos investimentos de parte dos capitalistas, se encontra nas economias desenvolvidas tradicionais, mas não nas novas economias capitalistas da República Popular da China, da Índia e de outros países emergentes tais como Brasil, onde os lucros são extraordinários e os incentivos aos investidores, especulativos ou não, ainda maiores.

7. Quando se toma a economia capitalista como um todo, isto é quando se considera a economia mundial, ela pode ser comparada a uma economia nacional onde, enquanto certas regiões (países) se expandem, outras regiões (países) se contraem. Os capitalistas e suas megaempresas sabem onde estão as oportunidades de lucros, em especial onde se encontram as oportunidades de lucros extraordinários e nestes casos não exibem nenhuma aversão ao risco.

8. Mas, os efeitos da crise sobre os sistemas políticos nacionais e internacionais são enormes. Há extraordinária preocupação nas classes hegemônicas dos países capitalistas tradicionais, os Estados Unidos da América e as Potências europeias significativas, que são a Alemanha, a França, a Inglaterra e a Itália (os demais países europeus são, em realidade de pouca monta política e econômica) com a profunda insatisfação política e social que coloca em risco o seu controle político em especial na União Européia. Se, por um lado, investidores, capitalistas e megaempresas lucram com a expansão econômica na periferia de países emergentes, no centro do sistema mundial outros integrantes das classes hegemônicas, tais como políticos, intelectuais orgânicos e tecnocratas das instituições internacionais, se preocupam com a sobrevivência de sua hegemonia e do sistema.

9. Depois, porque a crise nos países capitalistas centrais acaba por afetar os países emergentes devido aos vínculos estreitos que unem emergentes a desenvolvidos, em especial no campo do comércio. Assim, temem que a crise econômica venha a se propagar para toda a economia mundial, fazendo com que os lucros e as expectativas de lucros se esvaeçam e a crise política se globalize, inclusive com a exacerbação das disputas por mercados e pelo acesso a recursos naturais.



10. Neste processo, há a emergência da China (os demais países emergentes em realidade não contam ou por serem apenas supridores de matérias primas ou por terem de enfrentar desafios colossais, como é o caso da Índia devido ao sistema de castas, (inconstitucional mas que sobrevive) ao seu complexo sistema político, à multiplicidade de idiomas e culturas e a sua base industrial menor). Os estrategistas americanos veem a emergência da China como o grande desafio para o que eles mesmos chamam, com toda a clareza e sinceridade, de hegemonia americana, o que significa na prática um sistema mundial que resulta em benefícios políticos e econômicos para os Estados Unidos, e que, segundo eles, beneficiaria a toda a “comunidade internacional”, ou pelo menos o Ocidente central e periférico.

11. Neste panorama internacional, a América do Sul se encontra em situação marginal. Sua capacidade política de influir sobre a grande crise e sobre a reorganização do sistema mundial é diminuta pela insignificância relativa de sua indústria, devido à sua não autonomia já que é constituída em extensa parte por megaempresas multinacionais, e pela vulgaridade (no sentido de comum) de suas matérias primas, que têm numerosos concorrentes tradicionais e futuros, que resultarão da investida chinesa na África, e pela sua desunião política.

12. Na América do Sul, há três Estados vinculados à evolução da economia e à estratégia econômica dos Estados Unidos pelos acordos de livre comércio que celebraram (e que limitam gravemente sua autonomia de política econômica) que são o Chile, o Peru, e a Colômbia, esta dilacerada pela guerra civil e vinculada pelo Plano Colômbia e pelos acordos militares aos Estados Unidos.

13. As tentativas de união sul-americana e ainda mais latino-americana como a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) enfrentam este enorme desafio. São Estados assimétricos em extremo, frágeis, vinculados à esfera de influência econômica e política americana. É uma tarefa de Sísifo, que pode, se não houver o devido cuidado, desviar a atenção da tarefa prioritária de fortalecimento, expansão e aprofundamento, do MERCOSUL.

14. Brasil e Argentina, núcleo do MERCOSUL, têm mais de 50% do território, da população, do comércio exterior da América do Sul e de sua indústria. São Estados que retiveram sua capacidade de planejar e executar política econômica e política externa. Tudo o que os estrategistas norte-americanos, aliás, com razão, não desejam é ver uma união mais estreita entre o Brasil, a Argentina e a Venezuela, com suas extraordinárias reservas energéticas e minerais.

15. Se adicionarmos o Paraguai e o Uruguai, o MERCOSUL atinge números extraordinários, decantados nas manifestações mais utópicas que comparam o bloco sul-americano com outros blocos de países.

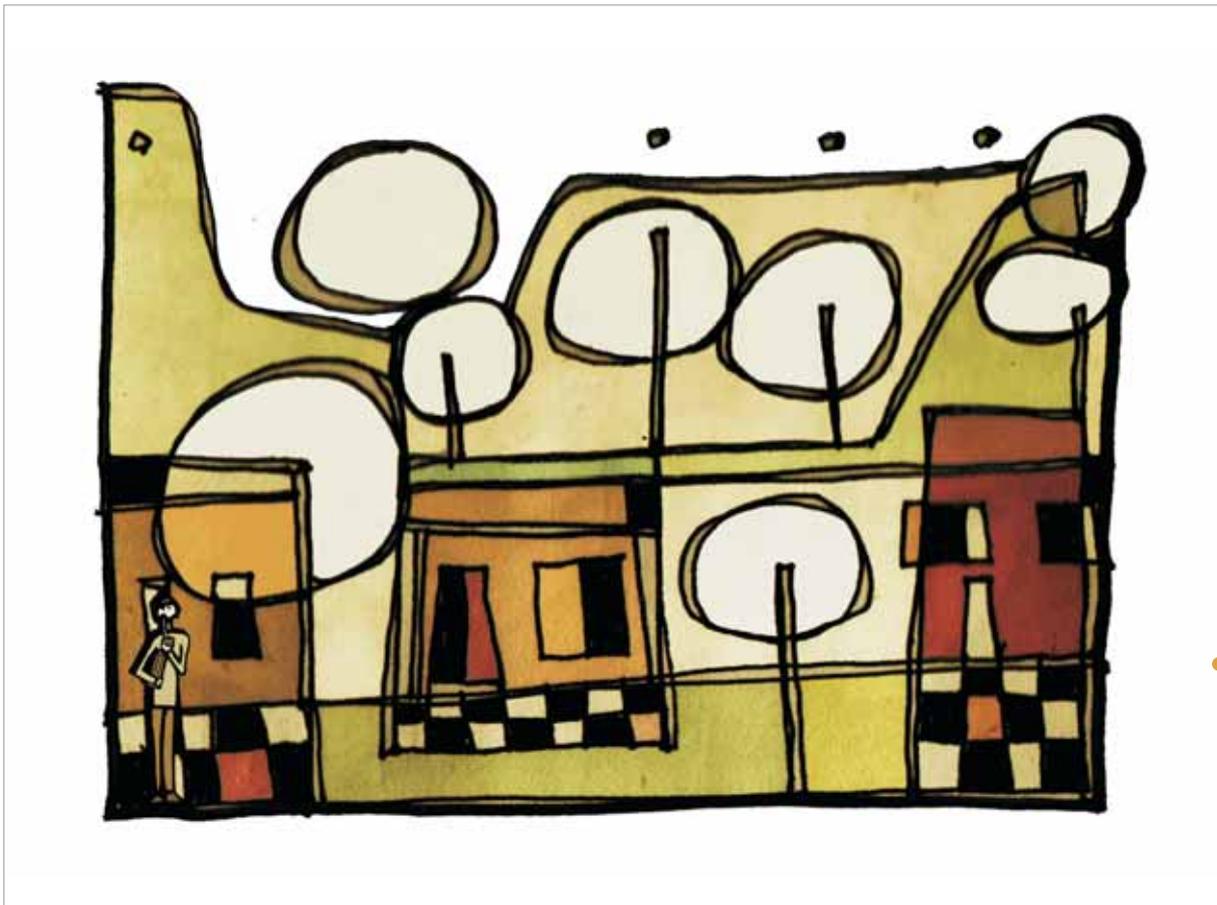
16. Os países do MERCOSUL têm enfrentado suas extraordinárias desigualdades sociais e econômicas, com políticas firmes (no caso social) para sua redução. A Venezuela foi o país na região que alcançou maior progresso na redução das desigualdades e do analfabetismo; o Brasil, com seus programas sociais inovadores, tem feito grandes progressos na redução da pobreza absoluta e a Argentina também alcançou notáveis resultados neste campo.

17. Todavia, há uma compreensão deficiente ou, talvez melhor, insuficiente, nos dois principais países da América do Sul, quanto à urgência e à prioridade da construção de um processo político e de instituições de integração que permitam o firme desenvolvimento econômico e político regional a partir do MERCOSUL. Exemplos disto são as relutâncias em fortalecer a Secretaria do MERCOSUL, em expandir o FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL), em organizar o comércio intrarregional das megaempresas multinacionais, em desenvolver programas concretos de ciência e tecnologia, em promover, de forma mais intensa e constante, a articulação política entre Presidentes e Ministros.

18. Ficam eles, em especial o Brasil, enleados no mito do livre comércio, sem reconhecer que este levaria a uma hegemonia industrial brasileira, indesejável e perigosa, e sem reconhecer o papel das megaempresas multinacionais em suas economias, em seu comércio exterior e em sua falta extraordinária de dinamismo tecnológico.

19. Sem desprezar, sem esquecer, sem menosprezar a tarefa de fortalecer o MERCOSUL para enfrentar a crise e a reorganização mundial no século XXI, devem os Estados do MERCOSUL procurar estreitar seus laços com os países vizinhos da América do Sul e procurar fazer com que venham eles a participar como membros plenos do MERCOSUL, a começar pela Bolívia, pelo Equador e, em seguida pela Guiana e pelo Suriname, levando em conta, com toda a seriedade e realismo, as assimetrias existentes e suas necessidades de desenvolvimento econômico e industrial que o livre comércio, não praticado pelas Grandes Potências, jamais poderá trazer.

20. Por último, porém não de menor importância. As cidades estão no centro do MERCOSUL. Apesar de toda a importância da agricultura, o MERCOSUL é urbano. É nas cidades que se encontram a atividade industrial e os serviços, o emprego e o desemprego, o lugar dos poderosos e a periferia dos excluídos, o núcleo do processo político, os governos e o desgoverno. A cooperação entre os governantes das cidades é, ou pode ser, de vital importância para o futuro do MERCOSUL. É preciso que o MERCOSUL tenha, nos governantes das cidades, sua voz junto aos Presidentes, responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso da integração e do futuro da América do Sul.



PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA UM FUTURO DESEJADO

Por Jorge Rodríguez, coordenador da Secretária Técnica Permanente de Mercocidades

Mercocidades trabalha para contribuir para uma integração regional com participação social que aprofunde a dimensão social e cidadã do MERCOSUL, com vistas a alcançar um desenvolvimento sustentável, com justiça e inclusão social.

Desde essa perspectiva tem se promovido e desenvolvido uma planificação estratégica da rede que pretende dar resposta a um dos principais desafios das organizações na atualidade, no sentido de promover e instalar uma nova cultura de gestão estratégica. Isto se baseia na gestão por resultados, para a criação de valor nas instituições, o alinhamento das atividades interinstitucionais, a articulação de atores e o fortalecimento das capacidades organizacionais para executar a estratégia. A Planificação Estratégica é um exercício de formulação e identificação de objetivos prioritários, com uma atenção especial no desenvolvimento da ação (estratégia) para alcançar as metas. Desde esta ótica, é uma ferramenta capaz de orientar na tomada de decisões na organização. Partindo desde um diagnóstico situacional, a Planificação Estratégica permite identificar e priorizar as atividades a desenvolver para chegar ao objetivo identificado (futuro desejado).

Formulando objetivos, indicadores, metas, formas de avaliação e monitoramento se completa um Programa Operativo, que pode ser anual, ou com um prazo mais longo, além da confecção de um orçamento financeiro.

Tendo-se identificado a necessidade de gerar um processo de planificação estratégica como resposta às demandas das instâncias de Mercocidades, iniciou-se um processo de formulação.

A partir de instâncias preparatórias, da análise documental e pesquisas com atores-chave, desenvolveu-se um processo consultivo participativo para a elaboração da Missão e Visão de futuro de Mercocidades, assim como o mapa estratégico e as propostas de ação.

Missão: Potencializar a identidade e a integração regional para assegurar o desenvolvimento das cidades e o bem-estar dos cidadãos da América do Sul.

Visão: Cidades integradas, inclusivas e participativas.

Depois se trabalhou na **perspectiva da criação de valor** no desenvolvimento de ações de médio e longo prazo para:

1. Melhorar a qualidade de vida nas cidades;
2. Legitimar a representação institucional;
3. Incidir na agenda política do MERCOSUL;
4. Criar políticas conjuntas entre as cidades e estimular a troca de experiências.

Nesse desenvolvimento se acordou a **perspectiva temática** priorizando a:

1. *Integração Produtiva*

- Promover processos integrados de produção regional para reduzir as assimetrias regionais;
- Incrementar o nível da economia formal da região.

2. *Integração Fronteiriça*

- Reformular o conceito de fronteira como consequência do novo contexto de integração regional;
- Gerar espaços de articulação para os atores locais das cidades fronteiriças, fomentando a formação de alianças estratégicas.

3. *Cidadania Regional*

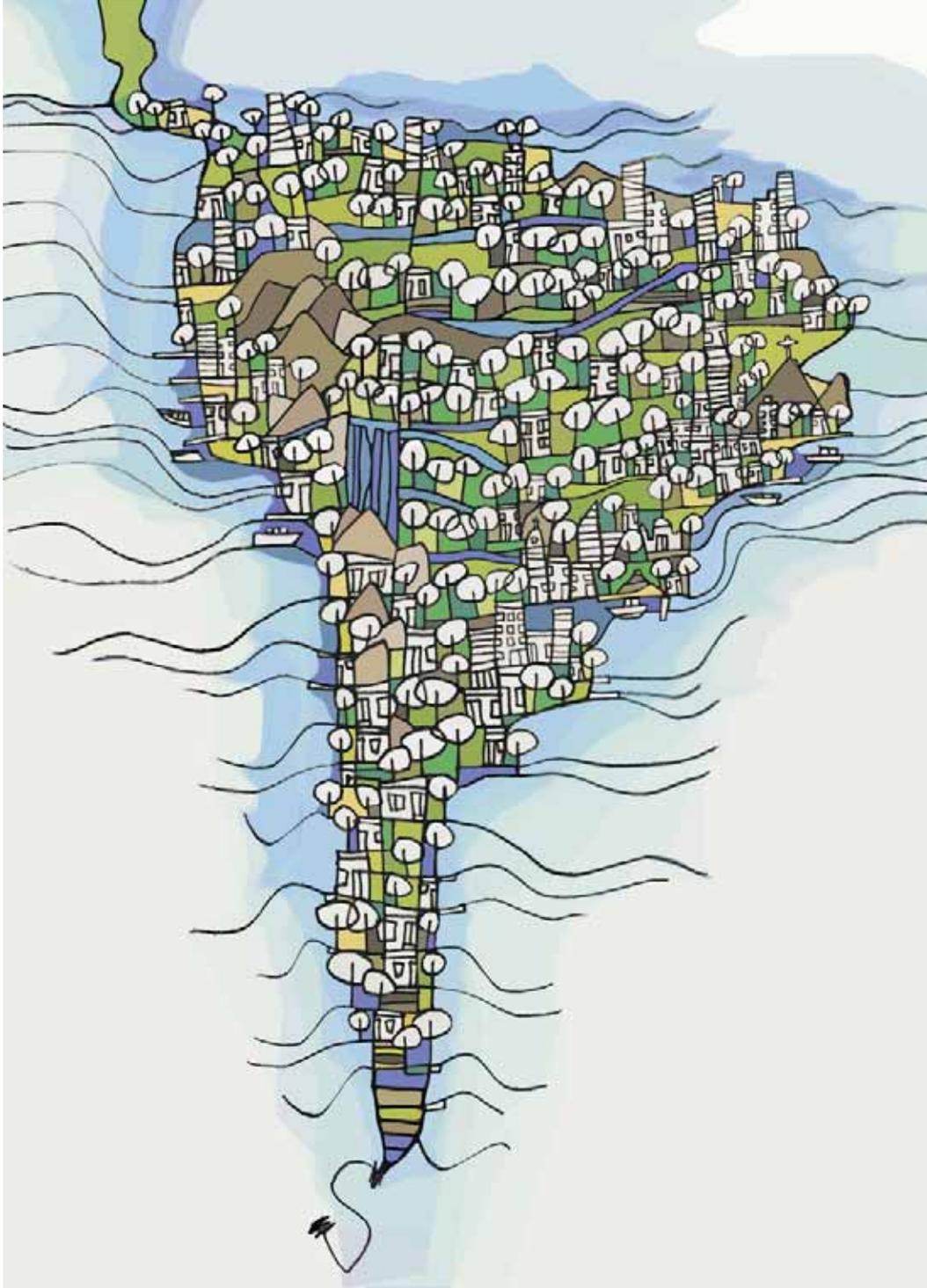
- Fortalecer a identidade regional;
- Promover a inclusão social;
- Universalizar os direitos dos cidadãos;
- Fomentar a cooperação entre as cidades.

A figura a continuação ilustra o modelo operativo de Mercocidades:

> A REDE COMO UMA CADEIA DE VALOR				Entorno
RECURSOS	PROCESSOS	PRODUTOS	IMPACTOS	
<ul style="list-style-type: none">. Humanos. Financeiros. Informação. Logística. Etc.	<ul style="list-style-type: none">. Atividades Político Estratégicas de direção. Atividades Técnicas (Unidades Temáticas). Outras	<ul style="list-style-type: none">. Produção de conhecimentos. Troca de Experiências. Outros	<ul style="list-style-type: none">. Integração Regional. Integração produtiva. Integração Fronteiriça. Cidadania Regional	

Finalmente, a perspectiva de fortalecer os princípios, os referentes que geram identidade, a cidadania e seu sentido de pertencer a um território, é um poderoso construtor de convivência e gerador de inclusão e coesão social. A cidadania, especialmente, apoia-se no exercício, respeito e goze dos direitos, por isso é necessário que os espaços urbanos tenham a capacidade de fixar e amparar as pessoas e comunidades com suas diferenças.

Estes valores na construção da cidade são valores que se potencializam, se promovem e se incorporam desde o trabalho em rede dos governos locais, quando pensamos em um espaço territorial amplo, como espaço de oportunidades. O binômio regional-local, como território de planificação e ação, é uma fortaleza que Mercocidades colabora ao processo de integração regional.



TRABALHAR EM REDE PARA INTEGRAR, INCLUIR CIDADES E CIDADÃ@S

*Por Sabrina Crovetto / Responsável de Comunicação da Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades
Mayki Gorosito / Assessora Técnica – Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades*

Os governos locais que formam Mercocidades se encontram necessariamente ligados com uma infinidade de atores que naturalmente formam o enredado de uma cidade, e inclui às agências e entidades públicas estatais, provinciais e nacionais; instituições acadêmicas; organizações da sociedade civil; empresas; organizações regionais e internacionais de cooperação e cidadania em geral.

Desde a perspectiva da promoção da Cidadania Regional e com um enfoque social e inclusivo, a integração de cidades e cidadãos adquirir um caráter imprescindível para o trabalho e as ambições desta Rede de cidades, e neste contexto as instâncias temáticas da Rede são o coração que permite fluir estes objetivos.

Ante o panorama de trabalho e articulação, empreendemos com este artigo a tarefa de refletir os avanços, a diversidade de experiências e as recomendações e propostas que surgem desde as temáticas de Mercocidades, que aproveitam recursos, ampliam e democratizam o espaço de trabalho. Agradecemos as contribuições e colaboração de coordenadores e subcoordenadores das 19 instâncias temáticas da Rede que fizeram isto possível.

Os grandes temas que definiram a consulta pela qual temos elaborado este artigo coincidem com grande parte dos desafios desta Rede: articulação com entidades externas à Rede, apropriação de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), articulação com a cidadania, dinâmica de trabalho em Rede, avanços para uma planificação em perspectiva e aprofundamento nas temáticas estratégicas definidas por Mercocidades.

Assim mesmo, em função da convicção de que as políticas públicas já não podem ser unicamente nacionais, resulta imprescindível aprofundar o debate e a ação sobre a melhor forma de coordenar o processo técnico e político das instâncias temáticas da Rede. Resulta interessante contextualizar o mesmo, referenciando o proposto por Carlos Luján¹:

“(…) O desenvolvimento com efetividade das políticas públicas regionais impõe a aposta à geração de certas capacidades institucionais que resultam chave para seu êxito:

- A construção analítica dos problemas da região;
- A incorporação das problemáticas regionais na agenda pública;
- A modelação da situação a transformar;
- A geração de soluções alternativas frente ao problema;
- A eleição entre as distintas alternativas elaboradas;
- A planificação dos passos a dar na execução;
- A implementação com efetividade dos cursos de ação fixados;
- A comunicação adequada da política pública regional;
- O monitoramento e avaliação dos resultados da política (…)

1. Carlos Luján. Los requerimientos institucionales de las Políticas Públicas Regionales. Em: El MERCOSUR de las políticas públicas regionales. CEFIR, 2012.

Muitos destes aspectos deveriam ser considerados na hora de propormos como Rede as alternativas e estratégias. É por isso que acreditamos necessário, em função do trabalho e das propostas de planificação estratégica para a Rede, que vem se desenvolvendo desde o período da Secretaria Executiva de Belo Horizonte (2010-2011), seguir colaborando com insumos para o debate que possam propiciar mudanças institucionais, inovações que gerem dinâmicas de trabalho com maior coordenação, diálogo político, coerência interna e sustentabilidade dos projetos.

Articulação com outros atores

A partir das respostas dos entrevistados se evidencia a melhora e o aprofundamento, em relação aos anos anteriores, na vontade e convicção da necessidade de articular com outros atores: universidades, organizações da sociedade civil, agências estatais, organismos regionais e internacionais, etc. Em um 50% das Temáticas vem se desenvolvendo este processo, destacando-se especialmente a colaboração que realizaram os projetos regionais de Mercocidades: Estado+Direitos (E+D) e Inovação e Coesão Social (IN), no sentido de incorporar esta necessidade de articulação em sua gestão e transmitir-la à dinâmica de algumas Temáticas.

A proposta de Temática fechada, não só entre algumas cidades, senão que também estruturada com base à participação só dos governos membros da Rede, tende a diminuir a favor de espaços que incluem cada vez mais cidades, e também outros atores no debate, formulação e execução de projetos.

Exemplo disso é a grande articulação que tem canalizado a formulação e construção do *projeto regional de Turismo, Capitais Gaúchas – Rotas Tchê*, com a participação dos Ministérios de Turismo de Brasil e Uruguai, universidades, câmaras empresariais da área, governos locais, agências de pesquisa e inovação de Uruguai, imprensa, corporações gastronômicas, hoteleiras, secretarias de cultura, de esportes e outras instâncias temáticas da Rede, com o objetivo de desenvolver uma rota turística regional compartilhada entre Brasil, Uruguai e Argentina, fortalecendo a identidade regional e promovendo a desconstrução dos limites geográficos nacionais.

Tecnologias da Informação e da Comunicação

As distâncias geográficas que medeiam entre as cidades que participam nas atividades da Rede, e entre elas e outras entidades, organismos e instituições, necessariamente devem ser facilitadas para poder trabalhar eficazmente. Mais além dos encontros presenciais que apoiam cada Temática, é necessário criar instâncias de articulação e aprofundamento do trabalho, assim como transparência e socialização da informação para os que não assistam às atividades presenciais. Neste processo o uso das Tecnologias da Comunicação e da Informação é essencial. Nas consultas às Temáticas pode se identificar uma crescente preocupação através da criação de blogs, sites web e em alguns casos a utilização de redes sociais, porém ao mesmo tempo, isto tem gerado mudanças muito incipientes, que não necessariamente conduzem a novos modos de vinculação, gestão do conhecimento, troca, criação, co-construção, colaboração e inovação do trabalho em equipe.

Resulta interessante mencionar a experiência da *Unidade Temática de Juventude de Mercocidades*, que em seu último encontro na cidade de Buenos Aires, no final de agosto, orientou suas reflexões à “Ciência e a Tecnologia desde a perspectiva dos Direitos Humanos”, onde se priorizou a importância da utilização das TICs. Na declaração final deste encontro pode se ler: “Nos encontramos em um momento de conjuntura em matéria tecnológica, e devemos entender esta nova realidade desde uma concepção cultural”, é por isso que se decidiu “colocar em andamento uma campanha de conscientização através de redes sociais sobre o uso responsável das mesmas e da tecnologia em geral...”.

Também como uma ferramenta indispensável do projeto Turístico Rotas Tchê, prevê-se a criação de um portal web que além de ser uma ferramenta de informação turística, conterà um sistema de informação de geo-referência turística (SIGT), que procurará integrar bancos de dados, um registro único da região nesta matéria, e plataformas interativas de trabalho e articulação.

Outra experiência interessante foi o Primeiro Encontro de Parques e Incubadoras Tecnológicas de Mercocidades, organizado em São Leopoldo, Brasil, pela Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação, com o objetivo de reflexionar em torno das mudanças na sociedade local a partir do desenvolvimento tecnológico. Também se destaca ao convite da Associação de Universidades Grupo Montevideo, que aglomera a 28 universidades públicas da região, a participar na criação e implementação de um Observatório Urbano de transferências e inovações tecnológico-sociais junto a esta Unidade Temática. Com o objetivo de analisar os processos de desenvolvimento territorial e formular políticas para o fortalecimento do sistema de vinculação tecnológica entre governos locais e universidades públicas.

Por outro lado, uma importante ferramenta entrou em funcionamento através da **Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local** da Rede, que com o apoio e o seguimento da cidade argentina de Morón e o financiamento do Fons Catalá criou o Banco Digital de Boas Práticas, com experiências em uma ampla diversidade de temáticas. www.bancodebuenaspracticas.org



Cidadania regional e articulação com a cidadania

A valiosa acumulação das propostas executadas pelas Temáticas já incluem algumas das dimensões da cidadania regional, mas a possibilidade de aprofundar na pesquisa e no debate sobre o tema poderia favorecer e ampliar a oportunidade de formular projetos regionais que a promovam.

Exemplo deste processo de aproximação cidadã é refletido nas ações da **Unidade Temática de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, com os exercícios de consulta e participação orientados para definir a estratégia de Mercocidades para a Conferência das Nações Unidas pelo Desenvolvimento Sustentável Rio+20, celebrada no Rio de Janeiro em junho de 2012. Também a **Unidade Temática de Segurança Cidadã** no âmbito do encontro pautado em São Bernardo do Campo, no qual participaram em discussões e reflexões 150 jovens e 120 mulheres partícipes do projeto PROTEJO, dirigido a pessoas em situação de vulnerabilidade e violência. Outra proposta de dimensão regional, com uma importante transcendência em matéria da Cidadania Regional, é o **Festival Itinerante de Direitos Humanos de Mercocidades**, organizado pelo projeto Estado+Direitos, que levará ao longo das “mercocidades” expressões artísticas que reflexionam e dialogam em torno à temática convocadora, através de curtas-metragens, fotografias, contos, poesia e canção. E por último, resulta interessante salientar a experiência de articulação com a Unidade Temática de Educação gerada a partir do projeto regional Comunica Escola MERCOSUL, uma iniciativa de comunicação e formação com o objetivo de promover os Direitos Humanos e a cultura da paz entre os jovens da região, executado por organizações sociais e governos locais de Belo Horizonte (Brasil), El Alto (Bolívia) e Tucumán (Argentina).

Dinâmica de trabalho em rede pela integração regional

Resulta significativo em relação a este aspecto a consideração, entre as opiniões recebidas, “(...) Um dos impedimentos para a execução de determinadas ações no nível regional se deve às limitantes orçamentais das diferentes cidades, não só pelos valores aos quais se possa ter acesso, senão especialmente pela normativa comum a nossos países que impedem a execução de ações de uma cidade fora de seu âmbito nacional”. Assim mesmo, nos interessa salientar a seguinte reflexão: “(...) *a continuidade, os acordos laterais e multilaterais, o trabalho em rede em distintos níveis (verticais e horizontais) e a incorporação de outros atores da sociedade através da participação direta nas reuniões e nos trabalhos da Unidade Temática (Associações Empresariais, universidades, ministérios, secretarias de Estado, etc.) são os 4 pilares que estamos visualizando para um trabalho exitoso de integração*”.

Dentro dos avanços neste sentido nos interessa destacar a apresentação de projetos ao Programa de Cooperação Técnica Descentralizada, promovido pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República do Brasil, pela Subjefatura de Assuntos Federativos (SAF) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), tanto por seus resultados, como pelo processo que implicou a apresentação de propostas, das instâncias temáticas da Rede e dos governos locais associados.

Por outro lado, merece destaque a criação no Uruguai da Rede Nacional de Direções de Cultura que reúne a todas as intendências do país, e que surgiu a partir da participação das autoridades de cultura do Uruguai em atividades de Mercocidades, e em prol de aprofundar a participação no espaço regional coordenadamente. Esta ideia surgiu fora do país em encontros organizados pela Unidade Temática de Cultura da Rede. Sua criação foi amplamente celebrada pelas autoridades locais de cultura do resto dos países da região, por ser o primeiro exemplo de articulação nacional nesta temática, com a participação de todos os governos departamentais de um país.

Temáticas prioritárias da Rede

Consideram-se relevantes neste aspecto algumas das recomendações surgidas dos diagnósticos situacionais produzidos por IN, a fim de dar continuidade e visibilidade a documentos e produções que deveriam seguir sendo uma ferramenta para a planificação estratégica da Rede. Tais recomendações podem ser encontradas no site web: www.inmercociudades.org

Assim mesmo, para avançar no proposto, sem dúvida será necessário ter como referência e contexto os posicionamentos que no âmbito da 16ª Cúpula de Mercociudades, representantes de setores políticos, acadêmicos, sindicais, sociais, e da institucionalidade do MERCOSUL e Mercociudades consensualizaram em relação aos eixos prioritários da agenda da Rede: Integração Produtiva Regional, Cidadania Regional e Inclusão Social.

Integração Produtiva Regional

Definiu-se a necessidade de instalar um debate profundo, com formato regional e com ampla participação dos diversos atores sociais e níveis de governo, sobre o modelo de integração produtiva que o MERCOSUL persegue (considerando a matriz produtiva existente, o papel das PMES e da economia social, e o tratamento do Investimento Estrangeiro Direto, entre outros).

Neste âmbito a Rede de Mercociudades, como ponte entre as cidades e o Bloco, deve aproveitar os espaços e instrumentos que o MERCOSUL oferece; assim como também definir sua própria dinâmica para o desenvolvimento de projetos piloto de integração produtiva desde o local, com plena participação da sociedade civil.

Todas estas opções devem tentar a concretização de projetos de complementação produtiva regionais, que permitam envolver a todos os territórios para alcançar maiores benefícios do processo de integração.

Inclusão Social

Os consensos para aprofundar uma agenda social devem se concentrar em certos eixos prioritários: trabalho, educação, meio ambiente, habitação e saúde. Para isso, são de extrema importância a capitalização de recursos financeiros e a formação de recursos humanos.

É relevante a construção de projetos regionais a partir da ação comum entre os governos locais e a articulação com organizações da sociedade civil, de outros níveis de governo e de outras instituições regionais existentes como o Instituto Social do MERCOSUL, o Parlamento do MERCOSUL e o Programa MERCOSUL Social e Solidário.

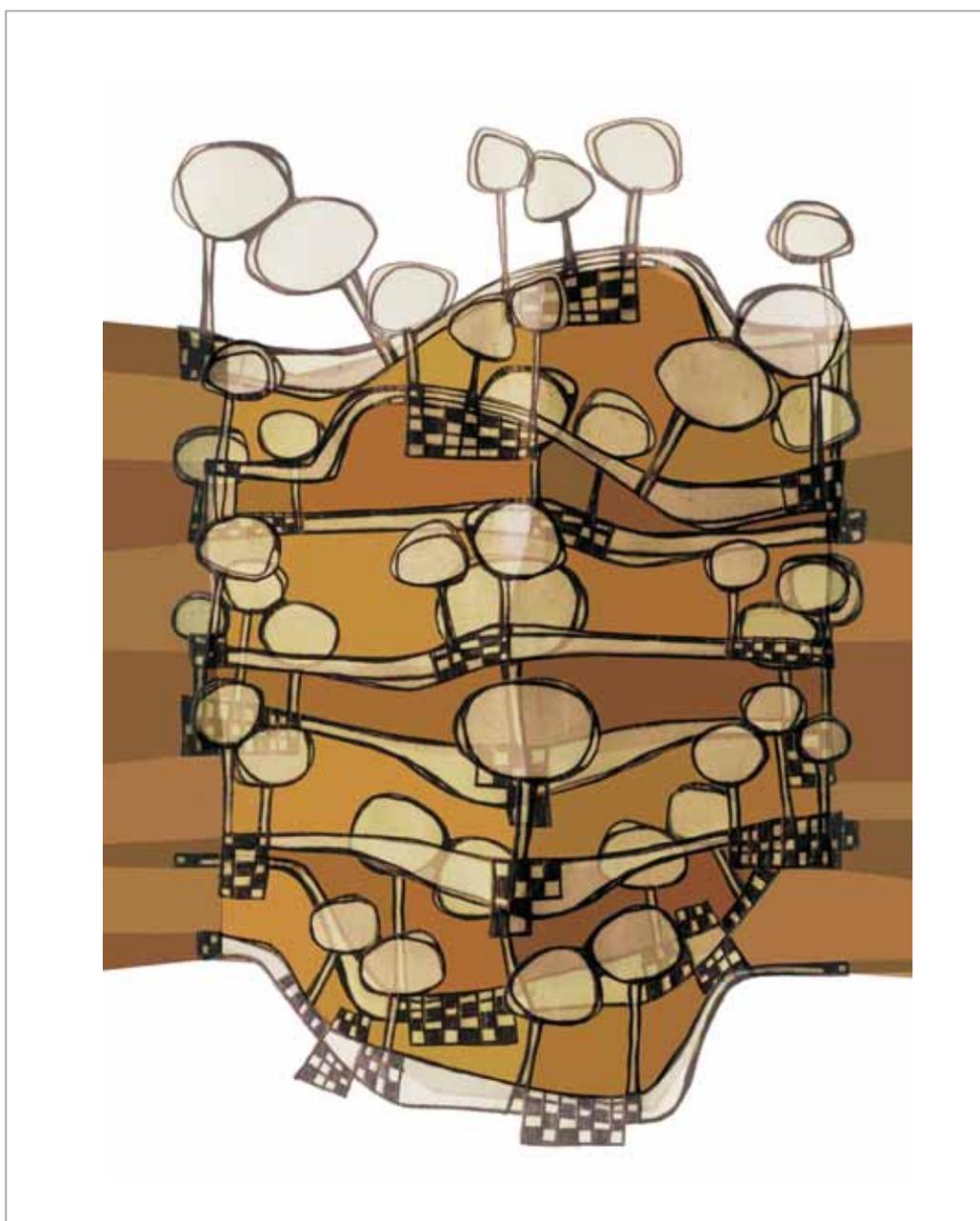
É ainda necessário compartilhar e visibilizar as experiências de inclusão social dos governos locais na Rede, destacando a troca de experiências, os mecanismos de relações intergovernamentais, os instrumentos de avaliação e monitoramento e a participação ativa da cidadania.

Seria recomendável desenvolver um trabalho com as universidades sobre o conceito de inclusão e coesão social para complementar os debates e aprendizados que estão se desenvolvendo nas cidades e na região. Deveria se considerar a utilização das instâncias de Mercociudades para a implementação de projetos comuns, planos de ação e propostas apresentadas pelas instituições do MERCOSUL.

Cidadania Regional

Os governos da região hierarquizaram o aprofundamento da democracia, o desenvolvimento, o combate à pobreza e o compromisso por construir uma comunidade regional, porém é indispensável à adesão cidadã ao MERCOSUL.

Apresenta-nos uma oportunidade histórica para alcançar a legitimidade política e social do processo de integração, e isto apela a Mercocidades a protagonizar e se comprometer na construção da cidadania regional. Apropriar-se e identificar-se com o processo de integração regional requer estratégias conjuntas dos atores, que promovam a solidariedade entre os povos, a utilização dos meios de comunicação ao serviço da integração, o aprofundamento da participação e a geração de políticas públicas regionais.



CIDADES SOLIDÁRIAS, CIDADES ABERTAS

Por Mariela Couto / Secretaria Executiva de Mercocidades

O conceito de solidariedade tem uma infinidade de significados, porém podemos colocá-lo na escala urbana, ou seja, em relação com a cidade a solidariedade é o conjunto de ações e práticas que geram uma cidade integrada, com um desenvolvimento social, econômico e cultural muito mais eficiente e diverso.

Outra característica da cidade solidária, cidade aberta, é a de priorizar o trabalho em rede com outras cidades, com a sociedade civil em seu conjunto, com a universidade e com os diferentes âmbitos governamentais à que pertence, aderindo à doutrina política do “governo aberto” a qual considera que os temas de governo e de administração pública devem ter a maior transparência possível, e irem unidos à criação de espaços permanentes de participação e colaboração cidadã.

“Acreditamos na solidariedade, na colaboração horizontal e igualitária, na articulação das inteligências, nas soluções associativas, na capacidade de aprender e ensinar através da troca entre pares, no trabalho em rede...”¹. Ana Olivera, 2011 / Intendente de Montevideú.

A Rede Mercocidades foi criada com esse espírito, “em uma conjuntura internacional marcada pela intensificação do processo de globalização, na qual doze prefeitos de cidades do MERCOSUL iniciaram um processo de integração que incluisse de maneira justa e igualitária aos cidadãos do MERCOSUL, e que ao mesmo tempo, pudesse ser a voz dos governos locais nos espaços institucionais do bloco...”². No interior de sua organização, 19 instâncias temáticas são as responsáveis do desenvolvimento de temas específicos, com o objetivo de que participe a maior quantidade possível de cidades membros, e assim lograr desde o local um aprofundamento dos temas ao âmbito regional.

Como exemplo deste trabalho em conjunto, em seus 17 anos de vida Mercocidades tem realizado alianças, encontros, trabalhos em articulação com os distintos atores tanto acadêmicos, como governamentais e sociais. Desenvolveu projetos que os envolvem desde uma perspectiva de ação e troca.

Para mostrar esta rede, entrevistamos a alguns dos principais representantes de diferentes organizações com experiências muito diferentes no trabalho articulado, para assim ver na prática como abordam esta tarefa, e quais são as riquezas e desafios da articulação.

“Pensamos que o futuro é um desafio permanente aberto à capacidade de imaginação e inovação das pessoas e das organizações. O futuro não se espera, se constrói, se inventa”.

Ana Olivera, 2011 / Intendente de Montevideú.

1. Relatório da Secretaria Executiva e da Secretaria Técnica Permanente de MERCOCIDADES - Período 2011-2012- Ana Olivera, Intendente de Montevideú.
2. Relatório da Secretaria Executiva e da Secretaria Técnica Permanente de MERCOCIDADES - Período 2011-2012- Márcio A. de Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte e Secretário Executivo de Mercocidades.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

* El MERCOSUR de las políticas públicas regionales. CEFIR. Gerardo Caetano (coord.).

* Revista Dialogo. Nº 27. Secretaría Ejecutiva de Mercocidades 2010-2011.

* Gobierno Abierto y modernización de la gestión pública. Álvaro Ramírez; A. Luján. Revista Enfoques. vol. IX, nº 15, 2011.

* El Urbanismo Local-Ciudad Competitiva versus ciudad solidaria. Josep Maria Llop Torné.

* Plan de Trabajo Secretaría Ejecutiva de Mercocidades 2011-2012. Intendencia de Montevideo.

Eduardo Tadeu, prefeito de Várzea Paulista (Brasil) e presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM)



Quais são as ações que Várzea Paulista desenvolve como cidade solidária?

Estamos criando muitos espaços de cooperação e parceria entre a sociedade civil e o governo, e uma das principais ferramentas para isso é o Orçamento Participativo, que permite que a população tenha voz ativa em debates e deliberações anuais sobre o orçamento do ano seguinte, decidindo o investimento de uma parcela do orçamento municipal. Outra poderosa ferramenta de participação são os 12 Conselhos que temos na cidade. Acredito que é através da participação que despertamos nas pessoas a vocação para a solidariedade, pois é participando que as pessoas descobrem a realidade de cada um e do coletivo, fomentando a ideia de conjunto, base do conceito de solidariedade.

A experiência de participação em Mercocidades, bem como de outras redes internacionais, como o Fórum de Autoridades Locais (FAL), o Fórum de Autoridades Locais de Periferia (FALP), a Comissão de Inclusão Social, Democracia Participativa e Direitos Humanos da CGLU, tem buscado sempre construir pontes entre os povos, na perspectiva de construir soluções conjuntas para os problemas dos municípios e estabelecer laços que signifiquem a compreensão no sentido de humanidade, base, em minha opinião, da solidariedade.

Quais são as vantagens e dificuldades desta articulação?

Mais do que vantagens ou dificuldades é preciso salientar a necessidade de construirmos programas, ações e projetos, enfim, políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos laços de solidariedade em nível local e entre as cidades.

Em que ponto do desenvolvimento se está enquanto a esta temática nas cidades da América Latina?

A própria ideia de América Latina está vinculada a ideia de solidariedade. A busca da construção de uma unidade latino-americana se dá a partir da relação entre os governos de nossos países, mas é imprescindível a construção da solidariedade entre os povos e penso que isso se faz de maneira mais concreta em nível local.

Por isso, iniciativas como a Rede Mercocidades tem tanta importância, na medida em que estabelece um vínculo entre as cidades latino-americanas e busca, assim, construir uma identidade comum aos nossos povos. Citaria a Rede Mercocidades e seus grupos de trabalho como exemplo de incentivo à construção de cidades solidárias.

Que propostas e ferramentas oferecem as entidades regionais para favorecer a articulação?

As associações regionais, bem como os governos nacionais, podem ser incentivadores da solidariedade entre as cidades e entre as pessoas que nelas vivem. Um exemplo concreto é o programa que vem sendo desenvolvido no Brasil pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), juntamente com a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) da Presidência da República, com participação das entidades nacionais de cooperação Sul-Sul.

Nilda Romero, coordenadora da Unidade Temática de Gênero e Município de Mercocidades (UTGM), Municipalidade de Assunção (Paraguai).



Que benefícios lhe têm proporcionado à Unidade Temática de Gênero e Município na articulação com outras instâncias regionais, locais e nacionais?

Os benefícios que tem contribuído a articulação com instâncias locais e nacionais à UTGM é o fortalecimento da implementação dos programas em rede com as cidades da UTGM, em especial os relacionados com a Prevenção do Tráfico de Mulheres, Meninos e Meninas nas cidades e a aplicação dos Planos de Igualdade das Cidades.

No caso do Município de Assunção, graças à troca de experiências com as cidades da UTGM se desenhou e aprovou o “Primeiro plano de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres da Municipalidade de Assunção” período 2012-2016, com o apoio da ONU Mulheres e da Associação Trinidad (associação sem fins de lucro do Paraguai).

Qual é o maior desafio para os tempos futuros ao respeito?

Um desafio importante é o sentar precedentes das ações em Rede, assim como o fortalecimento das instâncias das Unidades Temáticas através de uma estratégia de comunicação pensando na cidadania.

Adriano Guerra, representante da organização social Oficina de Imagens, implementa o projeto Comunic@ Escola – MERCOSUL, financiado pela iniciativa de Mercocidades “Inovação e Coesão”.



Como se trabalha desde sua organização a articulação com outros atores?

Para a Oficina de Imagens, o desenvolvimento de qualquer projeto social pressupõe o trabalho em rede e a articulação com um conjunto amplo de atores sociais e institucionais. O projeto não teria a mínima chance de sucesso e alcance de bons resultados se não estivesse baseado em uma ampla coalizão institucional, em uma articulação entre diferentes atores sociais e institucionais. Especialmente quando falamos de projetos e iniciativas que buscam incidir sobre políticas públicas. A construção e a transformação de uma política pública exigem um amplo diálogo intersectorial, isso é parte fundamental do processo político de uma sociedade democrática.

Fale de algum exemplo concreto ao respeito, que nos reflita este processo dentro de seu projeto.

Vou dar como exemplo algumas situações vivenciadas pelo próprio projeto Comunic@ Cole, no âmbito de Belo Horizonte, cidade em que a Oficina de Imagens já desenvolve o projeto desde 2008. Na verdade, trabalhamos junto à Rede Municipal de Educação, a partir do tema da Educação para Mídia e da Educação em Direitos Humanos, já há mais de 10 anos. Nessa trajetória, viemos construindo nosso trabalho a partir do diálogo com as diferentes administrações que passaram pela Secretaria de Educação, assim como com

outras organizações sociais do município. Após mais de uma década de diálogos e articulações - portanto, da incidência na política de educação do município - há cerca de três anos a Secretaria de Educação de Belo Horizonte criou um setor técnico dentro de sua estrutura dedicado a articular iniciativas entre as escolas voltadas para Educação para a Mídia.

Como muda a metodologia de trabalho ao se abrir caminho em projetos regionais, quais são as riquezas e os desafios do processo?

A construção e o desenvolvimento de um projeto de âmbito regional, como o que estamos desenvolvendo com a Rede Mercocidades, envolvendo organizações, governos locais e parceiros institucionais em três cidades de três países do MERCOSUL, constitui hoje o maior desafio institucional da Oficina de Imagens.

Da mesma forma, foi possível perceber que, apesar de haver especificidades em cada país, lidamos com questões muito parecidas em relação aos nossos desafios educacionais. Com isso, essa troca de informações e experiências que estamos fomentando ganha também um importante sentido político, na medida em que percebemos que temos mais força e efetividade se atuarmos mais articulados, já que uma solução ou tecnologia social construída no Brasil pode também ter sentido ao ser desenvolvida na Bolívia e vice-versa. Além disso, a partir de nosso projeto em comum, teremos melhores condições de contribuir para consolidar a Educação e, mais especificamente, a Educação em Direitos Humanos, como um eixo estratégico relevante na construção de uma identidade mercosulenha e de um sentimento e uma prática de cidadania regional.

Por fim, destacaria que a comunicação constitui um desafio constante para qualquer projeto que se volte para o âmbito regional e que articule organizações de diferentes países. Sem estratégias de comunicação que articulem os diferentes atores torna-se difícil, senão impossível, manter o alinhamento político citado anteriormente, assim como manter o nível de mobilização e engajamento dos envolvidos.

www.comunicaescola.org.br



Álvaro Maglia, Secretário Executivo da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM).



Como tem sido a experiência de articular com a sociedade civil e o âmbito governamental?

Só em articular com nosso entorno é de caráter meramente positivo, exemplo desta articulação é a formação de um âmbito específico o qual organizamos anualmente e que denominamos “Seminário Internacional Universidade – Sociedade – Estado”. Este espaço é organizado anualmente desde 2010, e procura fortalecer o vínculo entre acadêmicos, representantes dos Estados e a sociedade, com o objetivo de gerar propostas para serem enviadas e depois discutidas por outras instituições e instâncias de governo dos países aos quais pertencem as Universidades membro da AUGM.

Quais são seus planos de trabalho com as cidades?

As Universidades da AUGM, todas elas, como universidades públicas comprometidas com seus países, suas cidades e suas necessidades, têm de longa data vínculos naturais com as cidades e suas problemáticas, muitas vezes com acordos de trabalho explícitos com os governos locais. A ideia de que estas questões que sucedem entre nossas cidades e nossas universidades de forma isolada tomaram corpo na Rede Universitária AUGM e permitiram um trabalho em rede que coletivizasse essas experiências, porém que ao mesmo tempo potencializasse os vínculos levando à criação de um Programa ao qual chamamos “Rede de cidades e universidades AUGM”, que encontrou na Rede de Mercocidades um aliado natural.

Entre os planos de trabalho concreto que temos com as cidades, está o funcionamento do Observatório Urbano de transferências e inovações tecnológico-sociais. Esta proposta consiste em criar um espaço para a análise dos processos de desenvolvimento territorial contemporâneos, a partir do qual se iniciaria o processo de formulação de políticas específicas para fortalecer o sistema de vinculação tecnológica entre os governos locais e as Universidades Públicas membro da Associação.

Qual é a importância da articulação do âmbito acadêmico com os demais atores?

A importância dessa articulação, bem examinada já no transcurso dos anos, radica em alguns grandes assuntos: aproximar as universidades aos problemas dos territórios em que estão imersas de maneira que criem conhecimento apropriado, formem jovens em situações reais e comprometidas com seu território, porém, além disso, provejam de conhecimento que permita dar melhor solução aos problemas locais.

Quais são suas expectativas de trabalho com a Rede de Mercocidades?

Mercocidades aparece como um interlocutor válido, como organização em funcionamento que é, pode ser desde um bom demandante de ações para a universidade, até um importante viabilizador de nossas propostas. Para 2013 estamos coordenando com a Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades e a Intendência de Montevideu - em seu caráter de Secretaria Executiva da Rede -, as ações para realizar o II Encontro da Rede de Cidades AUGM, em princípio, a ideia é fazê-lo como parte da agenda de atividades a se realizar no período em que Uruguai exerce a Presidência Pro Témpore do MERCOSUL e, além disso, aproveitando o âmbito que terá a cidade de Montevideu como capital ibero-americana da cultura.
www.grupomontevideo.edu.uy

COMUNICAR, UM DESAFIO EM REDE

Por Sabrina Croveto, Responsável de Comunicação / Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades.

“A cidade tradicional, centro da ecologia contemporânea universal, está sendo impactada pela nova forma ecológica do ciberespaço. O tempo das pessoas se modifica pela economia de movimentos e pela transformação de rotinas e velhos hábitos. O espaço se expande do interior da máquina consultada ao infinito virtual, o espaço cotidiano é menor e menos estimulante. Tudo isto trás aparentes contradições: o mundo real parece perder valor. Porém não é assim, o que sucede é que se reconfigura na expansão do virtual. De fato, temos um só mundo, porém múltiplo, diverso, plural. Essa é a notícia, uma nova ecologia de mil rostos e formas que mudam a cada momento.”
Jesús Galindo, 1998.¹

O estimulante universo das novas tecnologias da comunicação revela em termos históricos uma apaixonante revolução onde se impulsionam novos conceitos e percepções, onde nos tornamos em algo mais que um espectador atento e analítico da mudança, nos convertemos em seus protagonistas, construtores da mudança.

Neste contexto histórico a comunicação tem um papel sem precedentes, atravessando fronteiras, culturas, climas, vidas, etc. O entorno mais próximo às pessoas, sua vizinhança, seu povo, sua cidade, tem novos atores “virtuais” que o estimulam no terreno da cibersociedade, da cibercultura e da cibercidade. Imaginem-se neste contexto o potencial de criatividade, solidariedade e sinergias de uma rede de cidades que inevitavelmente se nutre desde sua gênese de uma incomensurável riqueza de expressões de povos de toda a América Latina.

Este potencial ao que faço referência poderá e terá que se revelar através de um aproveitamento de recursos políticos, técnicos e culturais, inspirado por valores sustentáveis, de inclusão participativa, através de um processo criativo e com um importante e apoiado impulso comunicacional.

Estratégia

No final de 2011, durante a 16ª Cúpula de Mercocidades, a Rede aprovou um documento com uma proposta estratégica de trabalho, em que a comunicação aparece como um campo de ação imprescindível para o êxito do processo. Por isso, a Secretaria Executiva herdada pela cidade de Montevideu a partir da Cúpula, propôs como uma de suas principais linhas de trabalho à comunicação, com o compromisso de chegar a fins deste ano com um Plano Estratégico nessa área.

1. Galindo, Jesús. Cibercultura, cibercidadad, cibersociedad. Hacia la construcción de mundos posibles en nuevas metáforas conceptuales, 1998.

O enfoque estratégico da comunicação introduz uma perspectiva integradora, ao abranger a comunicação interna, interinstitucional e a externa, definindo em cada caso as transformações desejáveis e necessárias com base aos objetivos institucionais e atendendo muito especialmente aos contextos. Estas transformações se facilitam a partir de uma visão respeitosa da diversidade, tratando de evitar a dispersão das capacidades, a falta de relação entre os objetivos e as ações institucionais, e a falta de participação coordenada dos atores envolvidos.

Desde esta perspectiva serão imprescindíveis a inovação e o envolvimento dos diversos atores com propostas específicas para a ação, com novos espaços abertos de comunicação, geradores de sentido e ação social. Para lograr-lo, com o impulso e condução das Secretarias Executiva e Técnica de Mercocidades, da Comissão Diretiva e da Unidade Temática de Planificação Estratégica, propôs-se um caminho de trabalho que inclui reuniões presenciais, instâncias virtuais de consulta a atores internos e externos, a realização de oficinas, a intervenção de profissionais da comunicação e um seminário final na 17ª Cúpula de Mercocidades em Quilmes, Argentina.

Rede dinâmica, participativa, horizontal, estes adjetivos predominam como resposta à pergunta: Como descreveria a Rede de Mercocidades? A maioria dos atores consultados utilizou estes conceitos para definir a Rede, porém ao mesmo tempo as respostas revelaram a necessidade de atender temas concretos que enfraquecem esta participação e dinamismo. Entre os fatores se destacam alguns que pareceriam quase que estruturais como: dificuldades econômicas das cidades e a falta de tempo para as tarefas internacionais; e outros na ordem estrita da comunicação, como: a carência da utilização de ferramentas de comunicação que permitam superar as distâncias geográficas, o desconhecimento sobre o que implica o manejo destas novas tecnologias e seu potencial, tanto para a interna das diversas instâncias, como para o resto da Rede e fora desta.

Nenhuma transformação será possível sem o compromisso dos diversos atores envolvidos, sem o aproveitamento da bagagem de experiências e conhecimentos que adquiriu a Rede em seus 17 anos de vida, sem o envolvimento dos diversos espaços que compõem o tramado de atores de nossos territórios, organizações, governos locais, estaduais/provinciais e nacionais, âmbitos acadêmicos e cidadania em geral. É por isso que esta proposta necessita ser validada e suportada na instância máxima da Rede, sua Assembleia anual, e sustentada com base a propostas concretas de ação para todas suas instâncias.

A América Latina é a região que mais utiliza as redes sociais, esta afirmação foi feita por comScore, Inc., líder mundial em medição de audiências de Internet, com base ao resultado de uma pesquisa cujos dados revelaram, em junho de 2012, que os habitantes da América Latina dedicam um promédio de 7,5 horas por mês a estas redes, África e Oriente Médio 7,2 horas; Europa 7 horas; América do Norte 6 horas, e a região asiática 2,9 horas. Sem dúvida as redes sociais formaram um espaço destacado para a comunicação, sustentando novas comunidades de interesses, ideias e propostas. Em alguns casos tiveram um papel destacado na determinação da agenda política e no grau de influência e prosseguimento de objetivos de diversas organizações e empresas no nível mundial, regional e local. Um dos principais lemas para o êxito destas ferramentas costuma ser a originalidade da proposta.

A continuação me interessa destacar algumas experiências latino-americanas que podem ser de utilidade para refletir sobre que participação pode ter Mercocidades através destas redes:

Twitterelatos pela Identidade, é uma mostra que surgiu como resultado de um concurso das Avós da Praça de Maio na Argentina, lançado em março de 2012, em que usuários da rede social Twitter enviaram suas tweets sobre a identidade, em referência à apropriação de crianças durante a ditadura. Centenas de usuários enviaram por esta via micro-contos em 140 caracteres que foram ilustrados por artistas e desenhistas. A mostra viaja por toda a região, atualmente acompanha desde Morón ao Festival Itinerante de Direitos Humanos de Mercocidades. "Esperamos que visitem a mostra e que através destas imagens, algum jovem

com dúvidas se sinta interpelado e se anime a dar o passo para sua liberação", propôs em um comunicado as Avós da Praça de Maio. www.abuelas.org.ar/envios/twitterrelatos.htm
A continuação, alguns dos tweets selecionados:

@andypeks11 E a mão enrugada mantém a mais jovem. E uns olhos infinitamente procurados se olharam ao fim.

@carito_gp Duvidei... Perguntei. Negaram-me. Insisti. Aproximei-me. Escutei e aceitei. Esperei... um dia, atendi. Corri. Cheguei. Voltei a nascer... Sou.



Em Chile os estudantes do ensino médio e universitário saem à rua desde maio de 2011, neste processo que ainda segue em pé, são acompanhados por professores, trabalhadores e pessoas de diversas organizações sociais para se manifestar contra a situação atual do sistema educativo em Chile e exigir reformas profundas neste assunto. Suas manifestações tem tido importantes repercussões, tanto em seu país, como na região e no mundo. Uma de suas principais plataformas comunicacionais de visualização são as redes sociais na Internet. Além de Twitter, Facebook, blogs, canais de vídeo como Youtube, também realizaram transmissões em direto via streaming. Este tipo de manifestações, com ampla participação juvenil tem se divulgado como mobilizações 2.0, pelas ferramentas de comunicação utilizadas para sua participação e a criatividade de suas propostas. O caso chileno tem sido comparado em várias oportunidades com os protestos e mobilizações dos indignados em Espanha e na Primavera Árabe, onde também coincidem algumas das medidas de repressão policial e militar contra estes movimentos. fech.cl

Brasil se destaca na região por uma nova modalidade de participação e transmissão de eventos, sua primeira experiência em janeiro de 2012, foi no Fórum Social Temático em Porto Alegre, onde se reuniram de forma presencial mais de 10 mil pessoas e mais de 100 mil tiveram acesso desde fora do evento à transmissão a vivo por Internet, durante os quatro dias do evento. Conhecida como Conexões Globais 2.0, esta plataforma de comunicação desenvolve uma estratégia multimídia com transmissões ao vivo de debates presenciais e a participação de webconferencistas, trazendo a discussão pessoas de qualquer lugar do mundo. Esta plataforma de comunicação se vincula com #dialogosglobais e #conexoesculturais, focalizadas a apresentações artísticas e de diversidade cultural, além de oficinas de formação em comunicação e estratégia em meios digitais de produção de conteúdos multimídia. A mesma modalidade se experimentou com êxito na Conferência das Nações para o Desenvolvimento Sustentável, em junho de 2012, no Palco Sonoro Brasil Socioambiental de Rio+20. Esta plataforma também será utilizada durante a próxima Cúpula Social do MERCOSUL, no final de 2012, em Brasil. www.conexoesglobais.com.br

A comunicação no MERCOSUL é um tema notoriamente necessário, entretanto, amplamente esquivado e com pouquíssimos avanços reais. Na atualidade, presenciamos o que poderia se expressar como uma contradição. O MERCOSUL tenta se perfilar como um espaço mais integrado, não só desde a perspectiva econômica inicial, senão que também desde uma perspectiva social e solidária entre governos, cresce em ferramentas e decisões, porém estas não são conhecidas nem percebidas como avanços pela cidadania. O FOCEM é um exemplo indiscutível de como a comunicação não é um eixo de preocupação do Bloco. Sem dúvida o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL é uma das ferramentas mais notórias em matéria de repercussão na vida cotidiana dos cidadãos da região. Com estes fundos se constroem estradas, casas, vias de acesso ao sistema elétrico em cada país e de interconexão entre os países, pavimentação em zonas fronteiriças, fortalecimento do status sanitário no nível regional, inserção laboral e promoção econômica, porém a maior parte da população mercosurena desconhece este fundo, que desde 2007 já dispôs US\$ 800 milhões entre os países para projetos em todo o MERCOSUL. Entretanto, o tema da comunicação surge e volta a surgir, como Fénix que se levanta de suas cinzas, e é por isso que em junho deste ano, em um fato sem precedentes, o Grupo Mercado Comum aprovou a criação de uma Política Comunicacional do MERCOSUL, cuja realização foi encomendada à Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL. Esta proposta que ainda não foi apresentada prevê mudanças na região, e neste contexto Mercocidades propõe se perfilar como uma ampla rede de governos locais, porém também como uma ampla rede cidadã, o desafio é ambicioso e seu potencial incomensurável.



DUAS PROPOSTAS REGIONAIS EM COMUNICAÇÃO

Por Pablo Cardozo e Kátia Silveira – equipe de Comunicação / Secretária Técnica Permanente de Mercocidades

A América Latina tem feito progressos significativos enquanto à comunicação na região. Um novo passo ao respeito foi a criação da Organização Internacional de Telecomunicações das Américas (OITA), integrada por empresas públicas de telecomunicações de Argentina (ARSAT), Bolívia (ENTEL), Brasil (TELEBRAS), Cuba (ETECSA), Equador (CNT), Paraguai (COPACO), Uruguai (ANTEL) e Venezuela (CANTV). O objetivo desta organização é gerar um âmbito especializado para trocar experiências e opiniões nos níveis diretivos e técnicos das empresas de telecomunicações públicas dos países que assinaram a ata de fundação, em 20 de março de 2012 em Montevidéu, Uruguai, onde será inicialmente sua sede.

Segundo a presidenta de ANTEL, Carolina Cosse, esta organização é o resultado de um trabalho que começou em junho de 2011 devido ao interesse das entidades públicas dos países latino-americanos de melhorar a eficiência e a competitividade, garantindo o acesso de toda a sociedade às comunicações. “A realidade deste tipo de empresas implica estar imerso dentro de um mercado com alta tecnologia e muita competição, porém com um fator comum: o compromisso social. E isso nos confronta a realidades e desafios muito grandes, porque temos que ser competitivos, muito eficientes, porém ao mesmo tempo queremos chegar a todos”, afirmou Cosse.

As empresas públicas têm características próprias que as distinguem das empresas privadas, seja através de suas estratégias comerciais e responsabilidades com suas respectivas comunidades, como também na obrigação de dar serviços universais que tendam à inclusão social e à maior democratização no acesso às comunicações.

Nesse sentido, segundo declarações recolhidas no ato inaugural, a OITA será um âmbito de colaboração entre todas as empresas públicas de telecomunicações, onde será tratado diversos temas, entre eles, a possibilidade de realizar compras de tecnologia em comum, analisar as realidades regulatórias, apontar à complementação em infraestrutura e o enfoque que as universidades de cada país dão sobre o tema telecomunicações e acesso ao conhecimento.

O ministro de Relações Exteriores uruguaio, Luis Almagro, salientou que esta primeira associação de empresas públicas da América Latina procura ser um instrumento para garantir a democracia do futuro através do acesso igualitário ao conhecimento e poder chegar até o último latino-americano com as mesmas oportunidades. “Unir-nos para impulsionar avanços na inovação e na tecnologia, para agilizar o tráfico da Internet e nos unir para que em definitiva funcionemos melhor nisso de chegar a todos os cidadãos”. Já o ministro uruguaio de Indústria, Energia e Mineração, Roberto Kreimerman, reconheceu a importância desta organização para a coletividade latino-americana, em um tema como as telecomunicações e sua incidência no PBI dos países e no acesso ao conhecimento. Em 2015, estima-se que haverá 9.000 milhões de usuários de telefonia celular e 3.200 milhões de pessoas conectadas a Internet por banda larga.

O desenvolvimento da Internet e da sociedade do conhecimento dependem também dos custos, portanto o trabalho conjunto da comunidade latino-americana será importante para o desenvolvimento dos países e para criar sinergias entre eles.

Outro caso digno de salientar, no qual se avança na integração enquanto a comunicação é a criação do Fórum Ibero-Americano de Jornalistas de Turismo. O Fórum está formado por associações nacionais de Bolívia, Brasil, Chile, Peru, Uruguai, Colômbia, República Dominicana e Panamá. A presidência é exercida atualmente pelo Uruguai, com a coordenação de Roque Baudean, com Maria Shaw a cargo da Secretária Geral.

O jornalismo especializado em turismo não conta com um grande campo de ação, já que não costuma ser reconhecido. Neste aspecto é importante contar com um espaço que fomente a capacitação e o trabalho dos jornalistas dentro dos meios de comunicação. Maria Shaw declara: “os meios especializados deverão estender redes aos meios de comunicação para afiançar relações, difundir a atividade, buscar o ingresso de jornalistas especializados, e capacitar a colegas no setor de turismo”.

O Fórum não só avança na integração entre os jornalistas, senão também no fortalecimento das associações regionais. Este ano o Fórum realizou um convênio com a Unidade Temática de Turismo de Mercocidades com o objetivo de promover os destinos turísticos das cidades pertencentes à Rede e a divulgação de notícias. Por outro lado, começarão a se implementar políticas de comunicação realizadas por jornalistas especializados.

As novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) têm um papel fundamental para as instâncias temáticas. Desde o Fórum se propõe a respeito da criação de uma Rede Virtual de comunicações em Turismo da América Ibérica. Com esta ferramenta se difundirão atividades e fóruns, assim como tudo relativo ao turismo das cidades. Para o desenvolvimento da comunicação na Rede é imprescindível concretizar acordos e convênios como este, com um forte potencial comunicacional.



PROPOSTAS REGIONAIS FORJANDO IDENTIDADE

*Por Sabrina Crovetto / Responsável de Comunicação - Secretária Técnica Permanente de Mercocidades
Mayki Gorosito / Assessora Técnica – Secretária Técnica Permanente de Mercocidades*

Desde Mercocidades entendemos que resulta fundamental ampliar as iniciativas para a formação de uma consciência cidadã regional, que necessita de indivíduos com conhecimentos sobre os processos, as formas de articulação possíveis, os atores envolvidos, de respostas conjuntas a problemas e desafios para a integração regional.

Sem estudantes, docentes, trabalhadores, políticos, jovens que tenham uma consciência favorável à integração regional, será ainda mais complexo aprofundar este processo. Portanto, entendemos que governos, partidos políticos, organizações sociais, universidades e sindicatos, são espaços necessários para gerar propostas, que não só colaborem para formação de uma cidadania regional, senão também para a formação de recursos humanos com capacidades para trabalhar regionalmente desde seu lugar de origem.

Formulação de projetos regionais

O projeto regional de Mercocidades, “IN: Capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas”, foi formulado com o objetivo de conhecer as insuficiências que nos governos locais e nas organizações da sociedade civil existem em relação à capacidade para formular suas políticas com dimensão regional, e poder assim fortalecer seu protagonismo no processo. Ainda há muito para fazer a respeito, pois alcançar o fortalecimento das capacidades técnicas dos atores locais nesta matéria implica ampliar o universo de beneficiários de projetos como este, que permitiram dar visibilidade e espaço de debate político aos temas da integração regional e latino-americana, porém também a uma metodologia de formulação de projetos que incluiu um componente regional, ausente previamente nas instituições que participaram. Governos e organizações que desconheciam, ou conheciam escassamente as implicâncias e possibilidades de pertencer ao espaço MERCOSUL, finalizaram seu passo pelo projeto IN com conhecimentos, convicções e ferramentas para fortalecer desde seus lugares os laços, projetos e trocas com outras cidades e países do bloco.

Como um dos resultados deste processo na atualidade, a Unidade Temática de Turismo de Mercocidades (UTT) trabalha arduamente na consolidação de um importante projeto de desenvolvimento turístico com o nome de “Capitais Gaúchas – Rotas Tchê”, que será implementado em cidades de Argentina, Brasil e Uruguai. Um dos aspectos mais interessantes deste projeto é a inovação em sua forma de articular e a adaptação da UTT a novas modalidades de trabalho, sobre isso nos comenta Ronaldo Garcia, quem se capacitou em IN e representa na atualidade à coordenação desta Unidade desde a cidade de Porto Alegre (Brasil): “Para o êxito das ações foi imprescindível a metodologia desenvolvida para consolidar nosso plano de trabalho. Através da planificação participativa conseguimos realizar um diagnóstico dos municípios envolvidos na UTT, assim como também discutir a forma de participação e de cooperação entre os governos locais e a identificação de sócios necessários para a execução das ações... Desta maneira conseguimos criar

um ambiente cooperativo e participativo entre o poder público, a iniciativa privada, as instituições e organizações sociais, inclusive aquelas vinculadas à universidade e, incluso a cidadania, com representantes de comunidades locais dispostos a contribuir para concretizar projetos de integração regional através do turismo”.

Ronaldo também salienta as limitações e obstáculos do processo: “identificamos várias dificuldades que necessitam ser resolvidas pelos governos nacionais, e que influem diretamente nos governos locais e no setor empresarial e, conseqüentemente, à vida em nossas comunidades. (...) Os diferentes níveis de tributação na cadeia produtiva das indústrias em nossos países e também no Bloco MERCOSUL, as barreiras em legislação alfandegária, a necessidade de desburocratizar os acessos às regiões fronteiriças, a necessidade de linhas de financiamento para obras de infraestrutura local, a uniformização e informatização de bancos de dados estatísticos do turismo entre nossos países e a qualificação e capacitação Profissional no setor”.

> Projeto: Capitais Gaúchas – Rotas Tchê / Capitales Gauchas – Rutas Che



Cidades coordenadoras: Porto Alegre (Brasil) e Maldonado (Uruguai).

Contexto sócio-cultural: Sul do Brasil (oeste e sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul), parte de Argentina e Uruguai, que compartilham uma identidade com um passado e patrimônios comuns, como a linguagem, a gastronomia, os costumes, a indumentária, a paisagem natural, entre outros elementos da cultura gaúcha.

Territórios de implementação: Numa primeira etapa, até 2014, se prevê a participação de até 20 municípios, oito do Rio Grande do Sul, oito do Uruguai e quatro da Argentina.

Objetivos: Desenvolver o turismo no nível internacional, a partir da gestão compartilhada na zona do projeto. Fortalecer a identidade cultural e promover a desconstrução dos limites geográficos nacionais a partir da integração das rotas turísticas. Favorecer a cooperação técnica para a formação qualificada da oferta turística; e promover internacionalmente a cultura e o sistema turístico gaúcho.

> Oferta acadêmica na região

Como mencionamos anteriormente, resulta imprescindível o compromisso das universidades e outras instituições acadêmicas na incorporação de propostas que incluam a formação de profissionais com uma visão regional, tanto desde as disciplinas como também sobre a especificidade dos processos de integração em seus conteúdos curriculares, ofertas de graduação, pós-graduação, etc. Atualmente, podemos encontrar diversas e múltiplas propostas. Destacamos algumas, como exemplo, a fim de dar visibilidade e reforçar a ideia da necessidade de articulação com estes espaços desde a institucionalidade da Rede, especialmente desde suas instâncias temáticas:

Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), fundado em 1993, com sede em Montevideú, Uruguai, promove o diálogo, a pesquisa, a reflexão, a comunicação, a formação e a ação política em matéria de integração regional. Na atualidade a oferta educativa do CEFIR está orientada às seguintes propostas:

Formação de Formadores para a Integração Regional, Introdução à Propriedade Intelectual, Formação em Economia Social e Solidária, Formação Cidadã (Curso Todos Somos MERCOSUL), Oficina de Treinamento de Tutores para Formação e-learning e Energias Renováveis e Mudança Climática. <http://formacioncefir.org/>

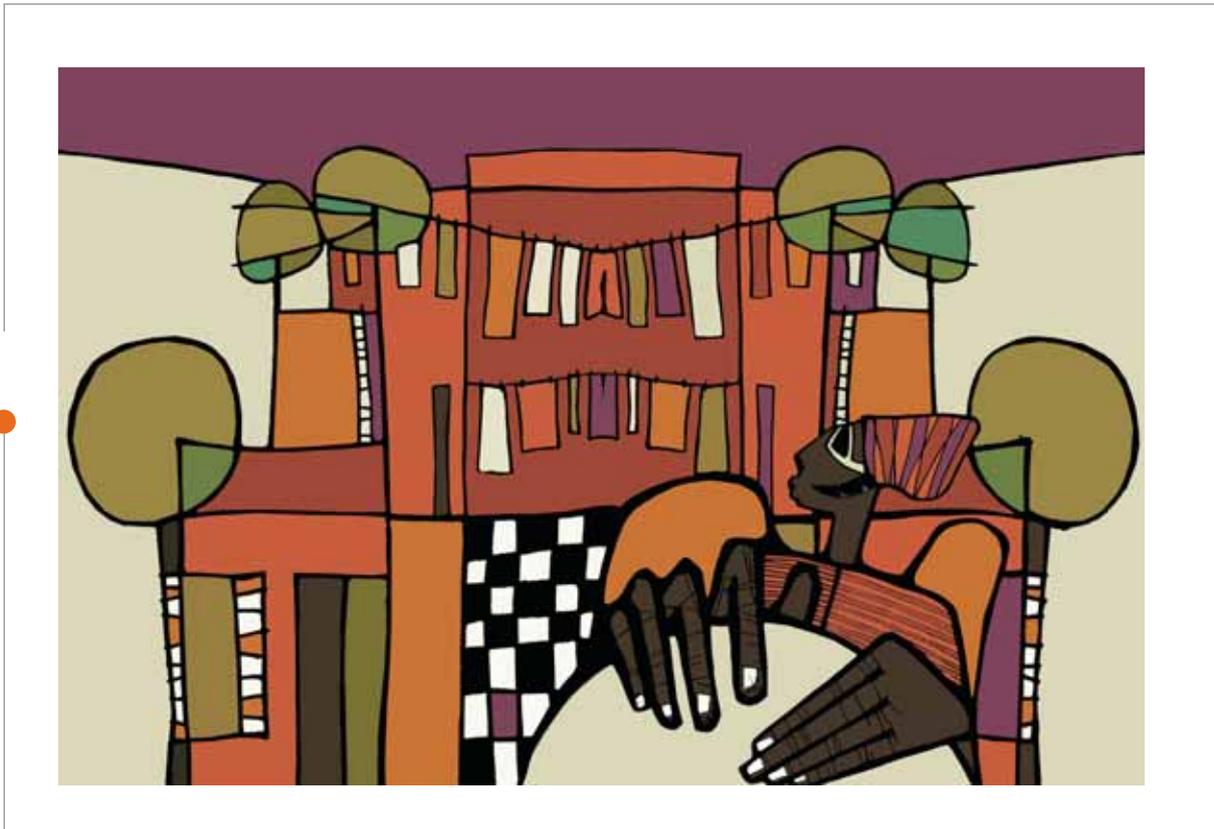
Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), em funcionamento desde 2010, na cidade brasileira de Foz do Iguaçu, na triple fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. A missão desta Universidade com vocação integracionista é a de contribuir para o ensino e a pesquisa focalizada na solução dos problemas que bloqueiam o processo de integração regional, promovendo pesquisas, trocas científicas e tecnológicas e cooperação solidária, principalmente nas áreas de ciência integrada, engenharia, humanidades, literatura, arte, ciências sociais e aplicadas. Suas atividades são realizadas em um ambiente bilíngue (português-espanhol), dirigido à articulação entre graduação, pós-graduação e áreas de pesquisa. unila.edu.br

Universidade Federal de Pelotas, em seu “Centro de Integração MERCOSUL” no Rio Grande do Sul – Brasil, fundado em 1995, estuda a integração entre os países do MERCOSUL; promove debates, conferências e seminários sobre o Bloco, forma um núcleo de informações sobre produtos, serviços e oportunidades de negócios na região, assessora a entidades públicas e privadas sobre programas vinculados à integração e desenvolvimento regional, e estimula a relação cultural do Brasil com os países do MERCOSUL. Atualmente, coordena o projeto “Governança fronteiriça, fortalecimento das capacidades dos governos departamentais e locais do MERCOSUL”, junto a outras 2 universidades do Brasil, 3 da Argentina, 2 do Paraguai e 2 do Uruguai. mercosul.ufpel.edu.br/nucleo-estudos-fronteiricos_atividades.htm

Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA), em seu Curso de Ciência Política, ministra-se a matéria optativa: “Globalização e Regionalização. Processos e Instituições. A integração regional em América Latina e o Caribe e o mundo”. A cargo da Lic. Mariana Vázquez, inclui uma visão integral que combina docência, pesquisa e extensão. A docência através da cátedra, a pesquisa através de um projeto sobre as agendas não comerciais do MERCOSUL e da UNASUL em políticas sociais, saúde, educação, agricultura familiar, cooperativas (que tenta mostrar a mudança de época que ocorreu no processo de integração desde 2003), e a extensão através do voluntariado universitário Identidade MERCOSUL. Desta forma articula os três ramos da atividade universitária, baseada em um compromisso com a comunidade da que formam parte, que nutre a proposta pedagógica.

www.uba.ar/download/academicos/carreras/lic-cienciapolitica.pdf

Universidade Nacional de Tres de Febrero (UNTREF), em sua sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina, conta entre sua oferta acadêmica com o Mestrado em Integração Latino-Americana, um espaço de formação, reflexão e análise da problemática da integração regional em todas suas manifestações. Oferece uma abordagem integral, multidimensional e amplamente compreensiva, sustentada em um modelo cognitivo específico e uma metodologia interdisciplinar capaz de apreender destes fenômenos em toda sua complexidade, diversidade e particularidade histórica. Desenvolve assim mesmo, ações no âmbito do Convênio com a Universidade de Torino, Itália, que inclui a realização de intercâmbios de docentes e alunos. O Mestrado está especialmente orientado a atender as necessidades de todos aqueles que requeiram de conhecimento especializado vinculado às distintas dimensões da integração (política, social, econômica, comercial, normativa, entre outras), com ênfase na experiência latino-americana e no MERCOSUL, que facilite a inserção laboral em distintos âmbitos profissionais, tanto públicos como privados, no nível local, provincial, nacional e internacional. www.untref.edu.ar



CONCIÊNCIA CIDADÃ E IDENTIDADE REGIONAL para os mais jovens da região

Identidade MERCOSUL é um espaço plural e multidisciplinar concebido para promover a reflexão e a consecução de ações relacionadas com a problemática da integração regional latino-americana. Nasce em 2008, quando docentes e alunos da cátedra “Globalização vs. Regionalização: a integração regional em América Latina, o Caribe e o Mundo”, do curso de Ciência Política da Universidade de Buenos Aires, decidem encaminhar um projeto de voluntariado universitário, no âmbito do Programa Nacional de Voluntariado Universitário do Ministério de Educação da República Argentina.

Atualmente, *Identidade MERCOSUL* tornou-se um espaço mais amplo e inclusivo que, saindo da comunidade acadêmica, está composto por homens e mulheres comprometidos com a temática desde uma visão regional. O programa de voluntariado universitário “*Identidade MERCOSUL*” é uma de suas principais iniciativas. Tenta levar às escolas de ensino médio uma visão regional mais ampla, gerando nos jovens a vontade de se informar e participar no desenvolvimento da região através de ferramentas participativas e didáticas. Neste sentido, desenvolvem jornadas consecutivas ou de frequência semanal, com o objeto de compreender assim a complexidade da integração regional. A estratégia de intervenção consiste na realização de três oficiais, priorizando a participação dos estudantes, explorando e debatendo a diversidade de áreas que compreende a realidade mercosulina. www.identidadmercosur.net

Parlamento juvenil, é uma iniciativa do Setor Educativo do MERCOSUL, tem como propósito gerar nos jovens a identidade mercosulina, com base a valores que estimulem a participação cidadã, o respeito pela democracia, os direitos humanos, a consciência social e a cultura da paz. Participam deste projeto Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Uruguai.

Através desta iniciativa alunos de escolas de ensino médio debatem e refletem acerca de “que escola secundária querem os jovens”, gerando instâncias de participação desde as aulas para trabalhar as problemáticas específicas de gênero, direitos humanos, trabalho, inclusão educativa e participação cidadã.

As principais fortalezas desta proposta são a abertura de espaços de participação juvenil, a promoção de estratégias de inclusão dos jovens nas escolas e espaços alternativos de aprendizagem que contribuam para a permanência nas escolas. <http://parlamentojuvenil.educ.ar>

Reafirmamos, como concluíram os participantes do Seminário final IN no âmbito da 16ª Cúpula de Mercocidades, celebrada em Montevideu em novembro de 2011, que:

Os governos da região hierarquizaram o aprofundamento da democracia, do desenvolvimento, do combate à pobreza e do compromisso por construir uma comunidade regional, porém é indispensável à adesão cidadã ao MERCOSUL.

Desde Mercocidades acreditamos que o atual contexto regional nos apresenta uma oportunidade histórica para alcançar a legitimidade política e social do processo de integração, e isto apela a todos os atores a protagonizar e se comprometer na construção da cidadania regional.

Apropriar-se e identificar-se com o processo de integração regional requer estratégias conjuntas, que promovam a solidariedade entre os povos, a utilização dos meios de comunicação ao serviço da integração, o aprofundamento da participação e a geração de políticas públicas regionais.



OS GOVERNOS LOCAIS E O INGRESSO DA VENEZUELA AO MERCOSUL

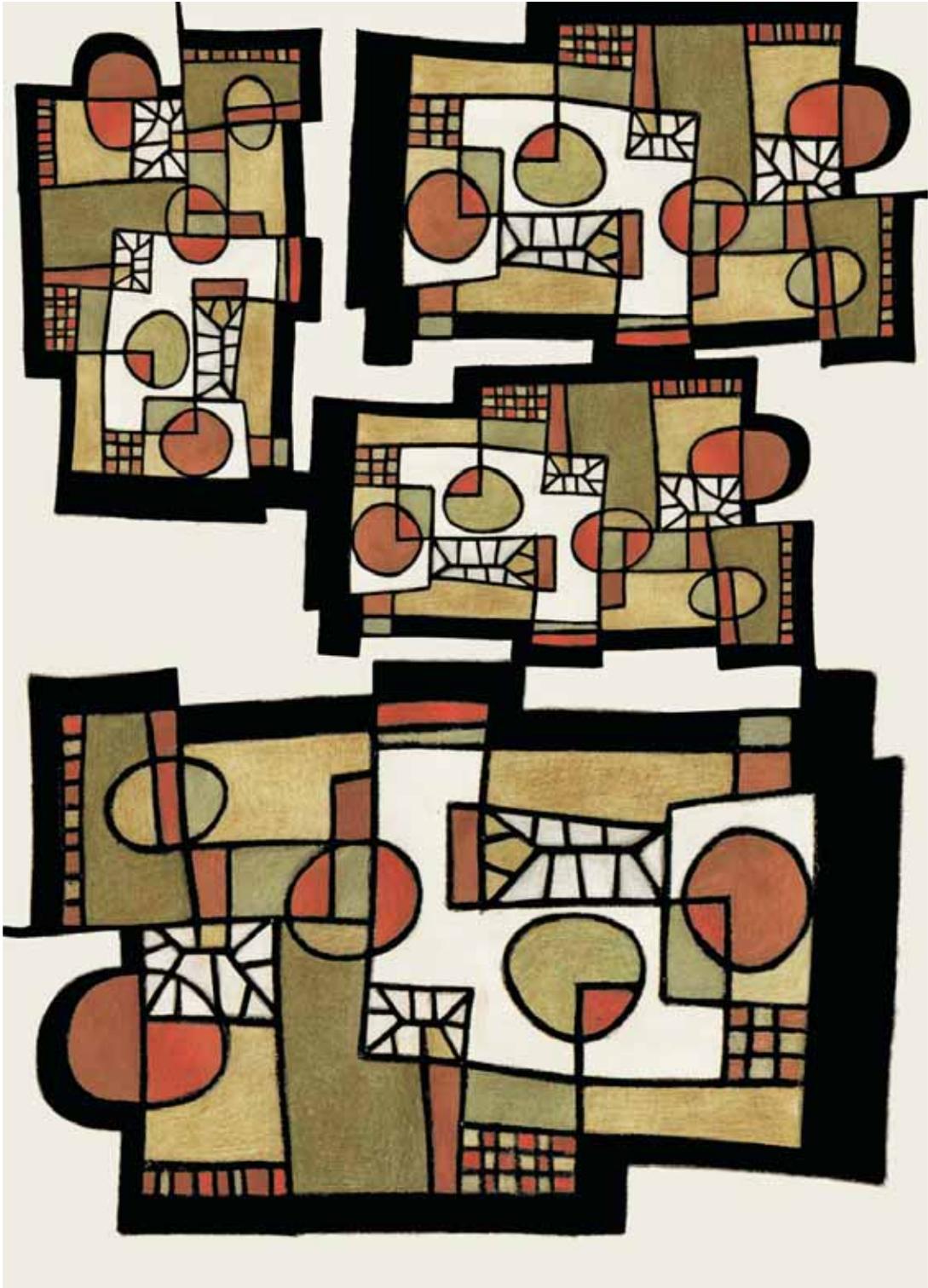
Por Gerardo González / Diretor de Cooperação Internacional da Prefeitura do Município de Iribarren - República Bolivariana da Venezuela

Felizmente, concretizou-se a última fase de um processo iniciado em 2006, quando a República Bolivariana da Venezuela solicitou de maneira formal sua adesão ao Bloco do MERCOSUL, fato que está em consequência com a redefinição do Conceito Estratégico Nacional (que mudou as hipóteses de conflito, por hipóteses de integração), do Plano Nacional Simon Bolívar 2007-2013, porém sobretudo, pelo espírito eminentemente bolivariano que permeia a gestão do Governo Revolucionário encarnado no presidente Hugo Chávez, com a visão da Pátria Grande e a crença fundamental na referência de Benedetti, enquanto a que: “Nosso Norte é o Sul”.

Para os que viemos forjando a integração sul-americana com o trabalho modesto da humilde participação nas diversas redes abertas para os municípios na região, este fato constitui ademais um motivo de júbilo e satisfação plena, também a formalização de nossa presença em igualdade de condições com os irmãos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Nosso ingresso como membro pleno permitirá ao resto dos irmãos do MERCOSUL desde os próprios governos locais, visibilizar as indiscutíveis conquistas alcançadas pela Revolução Bolivariana em matéria de inclusão social, destacando as cifras na alfabetização (98%), na matrícula escolar proporcional à população (2ª do continente e 5ª do planeta), na saúde (Programas Bairro Adentro em seus quatro níveis, criação da rede de Serviços de Reabilitação Integral, Centros de Diagnóstico Integral e Centros de Alta Tecnologia, Hospital Cardiológico Infantil, Construção de hospitais e ambulatórios, urbanos ou rurais), nas Telecomunicações (recuperação da privatizada telefônica nacional, lançamento do Satélite Simon Bolívar, criação do Sistema Nacional de Meios Públicos, de TELESUR, iminente lançamento do Satélite Miranda), entre outras conquistas do povo venezuelano. Também permitirá conhecer como manejamos desde os municípios a transferência de competências (estradas, coleta de lixo, adorno público entre outras) e o orçamento participativo, administrado diretamente pelos conselhos comunais (vizinhos organizados) sem intermediários, contratando eles mesmos as obras necessárias, e frequentemente até executando-as, em demonstração do Poder Criador de nosso Povo, que costuma gerenciar os recursos melhor que o Estado. Também será possível conhecer as boas práticas dos municípios irmãos, e participar em parceria ou de maneira individual, em projetos de desenvolvimento local financiados com diversos fundos existentes no MERCOSUL, acelerando o ritmo de aprendizagem organizacional e aumentando a qualidade de vida de nossos cidadãos e cidadãs.

Para começar, o desafio principal para os municípios e o próprio Estado venezuelano, é um trabalho devidamente planejado, de criação da cidadania regional, promovido desde a aula de pré-escolar até a graduação universitária, dando como válido qualquer instrumento, meio ou ferramenta para difundir o que somos como Povo Sul-Americano, com preeminência na controvertida mídia de massa, para depois trabalhar na promoção da integração sócio-cultural, sem prejuízo dos avanços que possam ser feitos em outras áreas.

Como Prefeitura Bolivariana ativa na Rede de Mercocidades, Barquisimeto cumprimenta este ingresso ao Bloco Sub-Regional que nucleia a quinta economia do planeta, com a certeza que servirá de ponte dinâmica entre os países grandes e os pequenos; que nossa capacidade de produção de energia incidirá nas condições materiais de existência dos sul-americanos e com enormes expectativas acerca de nosso papel ativo no processo de integração.



DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL, UM COMPROMISSO REGIONAL

ENTREVISTA: Víctor Abramovich / Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH)

Ante a rejeição de toda forma de autoritarismo, perseguição, opressão e avassalamento da dignidade humana, surge o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL. Em um contexto de muitas feridas abertas em direitos humanos e sociais, será essencial o compromisso de um importante tramado governamental e social. Através desta entrevista Abramovich nos introduz nos avanços e desafios desta proposta integracionista.

Que papel assume o MERCOSUL em matéria de Direitos Humanos a partir do IPPDH? E por que é necessário abordar este tema no nível regional?

Criado em 2009, o Instituto tem sua sede na cidade de Buenos Aires e se espera que em seu momento funcione – junto a outras organizações – nas instalações da antiga Escola Mecânica da Armada (ESMA), que se converteram em um espaço de memória, verdade, justiça e reparação em relação ao terrorismo de Estado padecido na Argentina entre meados da década de 70 e princípio da década de 80. A definição política dos governos ao criar esta nova instituição no MERCOSUL e acordar sua localização na ex ESMA, tem um significado importante, porque marca a existência de um passado comum entre os Estados que o integram, uma história comum de violações massivas e sistemáticas que deve ser enfrentada e que, ao mesmo tempo, projeta compromissos para o presente e o futuro.

Trata-se de um passado comum que nos ajuda a definir culturalmente “em contraposição com o terror de estado”, a rejeição de todas as formas de autoritarismo, de opressão, de perseguição, de avassalamento da dignidade humana. Contribui para a formação de uma consciência regional orientada a respeitar um nível mínimo de direitos fundamentais que devem ser sempre protegidos, e à afirmação de regras e princípios éticos básicos para articular a convivência social na democracia. Onde a questão do respeito aos direitos humanos tem sido um tema central nas transições em nossos países, e hoje está intimamente ligada à ideia de democracia que temos os sul-americanos.

Trata-se também de um elemento central para pensar no processo de construção da cidadania e dos direitos no nível regional. A memória ativa e em permanente construção e definição, acerca desse passado de violência e vulneração de direitos, que lamentavelmente compartilhamos, é fundamental para pensar na construção social de identidades regionais que acompanhem esta ideia de cidadania.

A segunda definição política chave dos governos ao criar o IPPDH consiste em que os Estados membros do MERCOSUL o conceberam, não só como um instituto de direitos humanos, senão como um instituto de políticas públicas em direitos humanos. Isto marca a ênfase nas iniciativas dos Estados, e em particular dos governos, por garantir o exercício dos direitos.

Na atualidade, as demandas por direitos são muito mais complexas: não se demanda do Estado somente o respeito dos direitos, senão ações efetivas para garantir o exercício desses direitos. Especialmente, quando essas demandas provêm de setores que se encontram em situação de desigualdade estrutural, que sofrem padrões de violência ou de discriminação de índole social, étnica, racial ou de gênero. Isto implica uma releitura de todos os direitos humanos e sua consideração sob outro enfoque mais próximo à noção dos direitos sociais.

Na II reunião do Conselho de Representantes Governamentais do IPPDH, realizada em março de 2012, foram aprovados quatro eixos temáticos prioritários para o trabalho futuro da instituição que ao mesmo tempo constituem eixos principais do MERCOSUL, no campo dos direitos humanos: a) políticas de memória, verdade, justiça e reparação por graves violações aos direitos humanos; b) políticas de segurança cidadã e de prevenção da violência institucional; c) políticas de igualdade e não-discriminação; d) fortalecimento da institucionalidade pública em direitos humanos.

Quais são atualmente as principais denúncias ou ameaças em Direitos Humanos no MERCOSUL?

Um dos principais desafios em matéria de direitos humanos no MERCOSUL são os temas de violência institucional e de segurança cidadã. Ainda há problemas de violência policial, de aglomeração, de superlotação carcerária, e corresponde melhorar os mecanismos de controle e prevenção. Mais além dos avanços em relação ao tratamento dos temas vinculados com as ditaduras do passado na região, hoje também enfrentamos violações e conflitos de direitos humanos que não se manifestam de forma isolada, senão que refletem muitas vezes padrões estruturais de violência e de discriminação.

Por isso, um tema prioritário no programa de trabalho acordado pelos governos para o IPPDH é o das políticas de segurança e prevenção de diversas formas de violência social e institucional. Desde esta perspectiva, segurança cidadã aparece contraposta a uma ideia de segurança pública, pois esta última põe o eixo, a prioridade, na preservação da ordem pública e da segurança definida desde os próprios interesses do Estado. Tal como apoiou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em um relatório apresentado em 2009, desde a concepção de segurança cidadã, resulta fundamental priorizar as estratégias coordenadas e integrais de prevenção das distintas formas de violência: a institucional, ou seja, a violência gerada desde os próprios aparatos do Estado; e a social, em particular aquelas situações de conflito que estão atravessadas por problemas de desigualdade, de discriminação, e que em muitos de nossos países apresentam ainda características de problemas de natureza estrutural. Muitas vezes se mantém, erroneamente, que o aumento da violência estatal pode contra-arrestar a violência criminal. Não obstante, os circuitos de violência se retroalimentam: as respostas violentas das forças públicas costumam gerar maior violência social, e não demonstraram ser eficazes na redução dos índices de delitos.

Ao respeito, em muitos dos países da América Latina segue sendo preocupante o uso da força estatal em situações de alta conflituosidade social, tal como destacam as instâncias internacionais de proteção dos direitos humanos há anos.

O IPPDH desenvolveu um estudo sobre o estado de implementação dos mecanismos nacionais de prevenção da tortura em cumprimento do Protocolo Adicional à Convenção contra a Tortura das Nações Unidas. Assim como também, uma pesquisa em quatro países do MERCOSUL sobre processos de produção de informação estatística sobre a violência por parte de agências policiais, e estamos no começo de um projeto de investigação regional sobre políticas de prevenção da violência no espaço carcerário.

Que avanços gostaria de destacar no processo do trabalho do IPPDH? E que expectativas têm para o futuro?

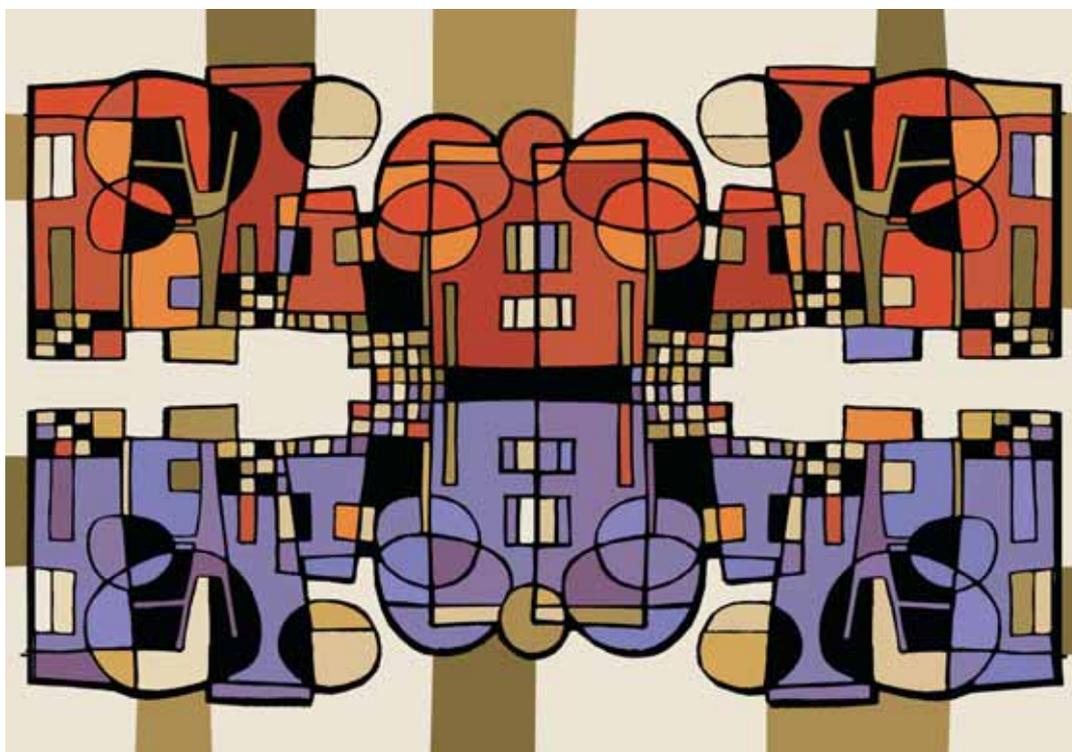
Os processos de verdade e justiça abertos nos países do Cone Sul para revisar, investigar e julgar os crimes contra a humanidade cometidos desde o Estado nas décadas dos anos 70 e 80, constituem um dos acontecimentos mais relevantes em matéria de direitos humanos na região, ao mesmo tempo em que são um eixo fundamental das políticas de cooperação e integração entre estes países.

Também são de vital importância no âmbito do debate que ocorre na comunidade internacional entorno à possibilidade de julgar crimes atrozes cometidos por regimes ditatoriais.

Hoje este é um tema central na Argentina onde houve avanços históricos e importantes no nível mundial em termos do julgamento de crimes contra a humanidade perante tribunais nacionais, por aplicação de leis nacionais. O número de casos julgados e de pessoas condenadas também é um dado inédito no nível mundial.

Os objetivos propostos pelo IPPDH consistem principalmente em contribuir para mostrar e difundir esses processos judiciais, manter o funcionamento de uma instância de coordenação sobre informação e arquivos públicos relacionados com o plano Condor, à qual o IPPDH lhe presta assistência técnica, melhorar os esforços por coordenar as políticas e iniciativas de preservação de lugares de memória, e apoiar o trabalho da nova Comissão da Verdade criada no Brasil.

Sobre a coordenação governamental em matéria de arquivos e gestão de informação, é importante mencionar a criação do Grupo Técnico de obtenção de dados, informações e levantamento de arquivos das Coordenações Repressivas do Cone Sul e em particular da Operação Condor, no âmbito da XX RAADH (Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados), que está formada por representantes dos Estados Membros e Associados do bloco regional e que tem apoio técnico do IPPDH.



Também os países do MERCOSUL adotaram durante a XXII RAADH, que ocorreu em setembro de 2012, na cidade de Porto Alegre, o documento “Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória”. Trata-se de um instrumento que contém 29 princípios destinados a guiar as políticas que se implementem nos diferentes países da região em matéria de criação, preservação e gestão de lugares onde se cometeram graves violações aos direitos humanos.

Em segundo lugar, dentro do tema dos direitos sociais e da igualdade, a situação dos migrantes e seus direitos constitui um ponto estratégico vinculado à discussão do estatuto da cidadania do MERCOSUL. Em uma iniciativa sem precedentes na Região os quatro países membros do MERCOSUL, assinaram e apresentaram conjuntamente ante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) uma solicitação de opinião consultiva sobre os direitos de meninos, meninas e adolescentes migrantes. A CIDH declarou sua admissibilidade e fixou um prazo para a apresentação de observações escritas a respeito da solicitação mencionada.

É importante esclarecer que esta é a primeira opinião consultiva apresentada perante este tribunal por um bloco sub-regional, o que contribui para consolidar ao MERCOSUL como um processo de integração social e político, e não só econômico-comercial. Igualmente, serve como vetor para afirmar os direitos humanos como um tema de identidade comum do bloco; e promove o fortalecimento do diálogo entre o MERCOSUL e o sistema interamericano da Organização de Estados Americanos (OEA). Finalmente, esta solicitação de opinião consultiva apresenta ao MERCOSUL como um âmbito de coordenação de políticas e posições comuns em matéria de direitos humanos.

Esta preocupação responde à existência de uma situação grave e pendente de afetação dos direitos humanos deste grupo que migra por motivos econômicos, sociais, culturais ou políticos no continente. Para resumir, os números ilustram que na América Latina e no Caribe arredor de 25 milhões de pessoas migraram para países da América do Norte e da Europa, enquanto que outros seis milhões migraram a outros países dentro da região. Delas, um número crescente, embora ainda inestimável, são meninos, meninas e adolescentes, alguns dos quais migram junto a seus pais (ou com um deles), enquanto outros o fazem de maneira crescente de forma não acompanhada ou separada.

Que papel tem na proteção dos Direitos Humanos o trabalho e abordagem desta questão por parte de âmbitos locais, como Organizações da Sociedade Civil, Movimentos Sociais ou governos locais?

O quarto eixo de trabalho do IPPDH é o que denominamos infraestrutura em direitos humanos, isto é, como fortalecer uma institucionalidade pública e social para fazer políticas em direitos humanos no MERCOSUL, e como melhorar as capacidades técnicas e políticas e a hierarquia institucional dos organismos governamentais que fazem política de direitos humanos em nossos países. Uma via para apoiar esse processo de melhora das capacidades técnicas consiste em ativar redes de pesquisa acadêmica e alianças estratégicas entre universidades, centros de pesquisa, produtores de conhecimento e áreas de gestão pública.

Outra via para fortalecer a institucionalidade em direitos humanos no MERCOSUL consiste em ativar a participação social. Não é possível pensar hoje no avanço dos processos de justiça na região sem a colaboração decisiva das organizações sociais e das redes coordenadas de ativismo social. Um ponto a considerar também no nível do MERCOSUL consiste em abrir os canais à participação social nas decisões que se tomam no âmbito das reuniões de autoridades de direitos humanos e em outros espaços de decisão em matéria de direitos humanos. Nesse sentido, durante a XXI RAADH, que se realizou entre os dias 26 e 29 de março de 2012, na cidade de Buenos Aires, os Estados membros e associados decidiram elaborar um Regulamento Interno que regule o funcionamento da RAADH e a participação da sociedade civil nela.

> IPPDH e Rede Mercocidades trabalhando juntos:

Desde princípio de 2010, este instituto articula com Mercocidades, através do projeto regional “Estado+Direitos”, coordenado desde a cidade argentina de Morón. Esta iniciativa focaliza suas ações em 19 cidades da região, através de oficinas locais e regionais em que participam representantes de governos locais e nacionais, organizações da sociedade civil, destacadas figuras na defesa dos direitos humanos, pesquisadores, entre outros. Estado+Direitos tenta fortalecer as capacidades dos atores locais (governos e sociedade civil) para a construção da cidadania com cultura de direitos humanos, e promover espaços de participação e incidência das cidades na agenda de Direitos Humanos do MERCOSUL. O IPPDH dá apoio e colabora com o projeto, sua última atividade compartilhada foi a co-organização do seminário “O papel social das ciências: política pública e integração regional”, desenvolvido de 21 a 24 de agosto de 2012, em Montevidéu, Uruguai.

ippdh.test-ar.com.ar/ - estadomasderechos.org/

A AGENDA SOCIAL DO MERCOSUL

Jorge Rodríguez / Coordenador da Secretária Técnica Permanente de Mercocidades

A dimensão social da integração regional entrou na agenda pela proposta, o lobby, a pressão e a perseverança dos atores sociais da integração e os governos locais. Sem dúvida, espaços como a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, o Fórum Consultivo Econômico e Social, o Programa MERCOSUL Social e Solidário, os cooperativistas, a Associação de Universidades Grupo Montevideu e Mercocidades, entre outros destacados atores da integração, foram os defensores em incluir o social na agenda regional.

Esta “militância social” foi reconhecida nos últimos anos nas decisões adotadas pelos governos nacionais do bloco para abordar a dimensão social. A geração de uma institucionalidade, ainda em construção, acorde com a ideia de construir um MERCOSUL que contemple a dimensão social, cultural e cidadã, além dos aspectos comerciais, parece se forjar na criação do Parlamento do MERCOSUL, no Fórum Consultivo de Cidades e Regiões (FCCR), no Tribunal Permanente de Revisão, no Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, no Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e na Unidade de Participação Social. Além de novas ferramentas como a Declaração Sócio-Trabalhista, o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), o Estatuto da Cidadania e os Fundos para o financiamento de projetos regionais.

“... se estamos de acordo que para se entusiasmar tem que saber admirar; e se admiramos o fato até agora no MERCOSUL, não temos dúvidas que nos entusiasmaremos e lutaremos pelo que nos falta fazer. A integração não é um fim em si mesma, senão um meio para alcançar o bem comum de nossos povos”.
(Francisco Gutiérrez. Intendente Municipal de Quilmes, Argentina, junho 2008)



Integração regional, prioridade local

- *Integração democrática de comunidades*
- *Uma integração sem excluídos*
- *Participação de outros atores*
- *Autonomia e participação dos governos locais*
- *Desenvolvimento e integração entre nossos países de forma democrática e participativa*
- *Opção estratégica da política externa de nossos países*
- *Decisão política baseada em uma lógica de que os interesses comuns predominem por sobre a agenda conflituosa e as ações unilaterais*
- *Projeto estratégico de desenvolvimento para a região*
- *Sentido estratégico do MERCOSUL: CRESCER JUNTOS*
- *Vontade de trabalhar juntos com a União Europeia*

- *Cidades pela inclusão social e pela igualdade de oportunidades*
- *Complementação produtiva*
- *Desenvolvimento de infraestruturas para a integração*
- *Estratégia de integração fronteiriça*
- *Desenvolvimento de regiões e compensação de desequilíbrios intrarregionais*
- *Potencializar e renovar a atual institucionalidade do acordo regional, consolidando a segurança jurídica*
- *Transitar desde uma fase exclusivamente intergovernamental a desenvolvimentos propriamente supranacionais*
- *Articulação do público e do privado*
- *Construir o novo e de nenhuma maneira contornar os desafios que este traz*
- *Um MERCOSUL de encontros, de aproximações e proximidades*
- *Fortalecer a democracia como condição fundamental para estruturar a luta por melhorar a distribuição da renda na região*
- *Desenvolver políticas públicas que permitam a inclusão social, a participação cidadã, a construção conjunta e o pleno exercício dos deveres e direitos que sustentam a cidadania regional*
- *Integrar nações para flexibilizar fronteiras, para compartilhar desenvolvimento e progresso, para que a integração fronteiriça seja um elemento de união e não de separação*
- *Cidadania MERCOSUL: Livre circulação de pessoas, um direito fundamental.*

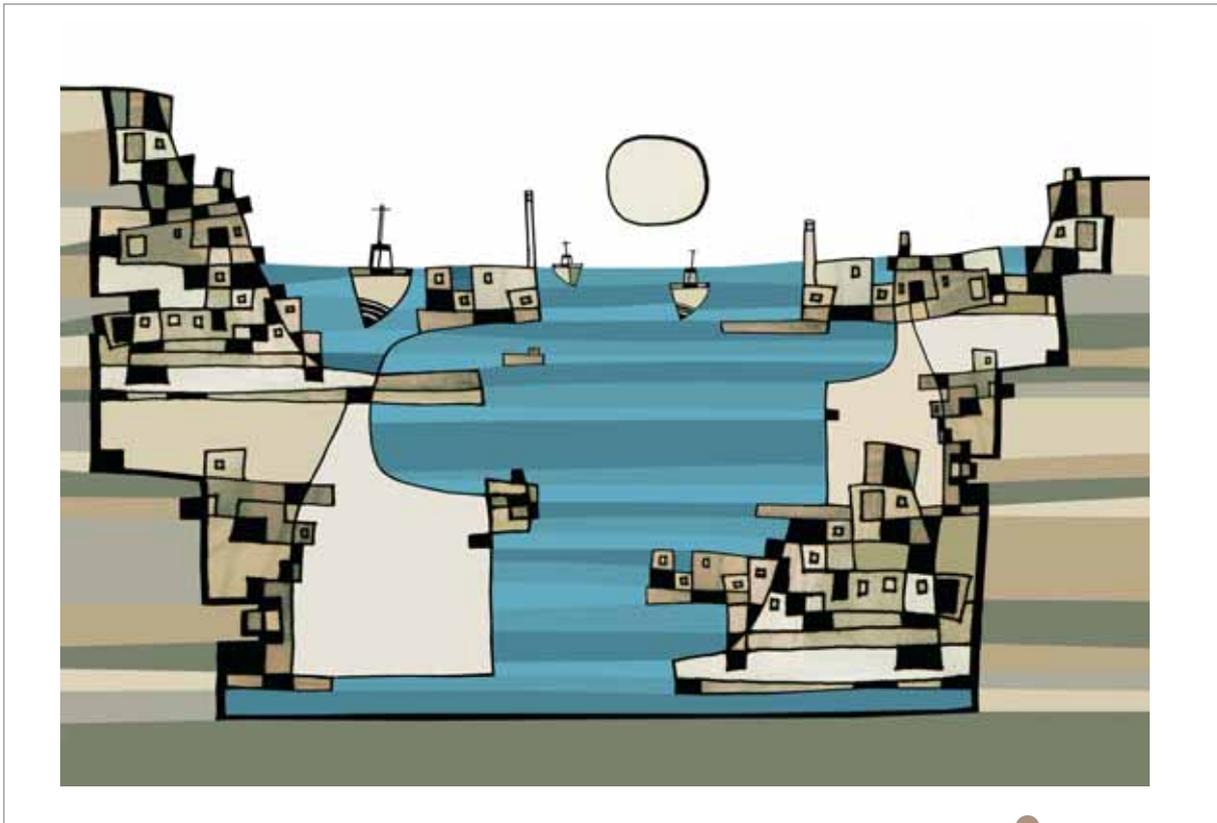
As 24 frases anteriores foram extraídas das 15 declarações políticas de Mercocidades, expressas em suas reuniões Cúpulas desde as origens da Rede. Se forem vistas como uma construção conceitual evolutiva, mostram o modelo comunitário regional que se promove desde os governos locais de Mercocidades.

Na proposta das cidades, a dimensão social tem um lugar primordial e assim o demonstram seus 17 anos de vida. Isto se constata e pode se afirmar vendo seus documentos e os projetos desenvolvidos pela Rede. A Unidade Temática de Desenvolvimento Social de Mercocidades, no final da década dos anos 90, realizou uma oficina para acordar temas a incluir na agenda de trabalho dos governos locais, com uma visão regional. Entre as conclusões e acordos dessa oficina se declarou:

“É responsabilidade do Estado, favorecer e promover espaços que permitam o permanente debate e problematização da temática por parte dos atores sociais. As políticas públicas deverão responder por mecanismos universais de inclusão social, considerando a particularidade dos grupos mais vulneráveis, descentralizando sem perder de vista a integralidade. O centro destes delineamentos tende à construção da cidadania desde os primeiros anos de vida. Como cidades integrantes de Mercocidades nos comprometemos a promover estas ideias e trabalhar dentro de cada uma de nossas cidades para capacitar aos tomadores de decisões. Queremos declarar as limitações que temos, já que todos estamos atravessados pelos devastadores resultados do modelo neoliberal. Por esta razão pensamos que é o momento de começar a trabalhar no desenho e na implementação de modelos de intervenção que sejam próprios, com uma visão latino-americana”.

Do impulso à realidade atual

Em junho de 2000, trabalhou-se na ideia de promover uma agenda social do MERCOSUL. Os governos locais realizaram o seminário internacional: “Mercocidades e a Agenda Social do MERCOSUL”, em Montevidéu, Uruguai, com o objetivo de identificar as linhas de ação para construir um caminho para uma agenda social. Nas conclusões do Seminário aparecem algumas propostas para a construção da dimensão social, entre as quais destacamos a necessidade de abrir espaços de participação para a cidadania, de estabelecer acordos no nível regional para a abordagem de políticas de proteção social, de acesso ao emprego de qualidade, da abordagem das assimetrias existentes, assim como reverter o déficit democrático no MERCOSUL daquela época.



Neste contexto, com propostas dos mais diversos atores da integração, principalmente governamentais e sociais, foram incrementando as sinergias e foi assim que no ano 2005 se criou o programa “Somos MERCOSUL”, verdadeiro gérmen das Cúpulas Sociais.



“Em uma experiência inédita dentro da denominada diplomacia cidadã, o programa 'Somos MERCOSUL' possibilita a articulação harmônica entre as organizações sociais, os governos e os órgãos do MERCOSUL. Neste exercício, o espaço foi adquirindo uma importância cada vez maior, e já em julho de 2006, em Córdoba, junto à Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, realizou-se o 'Encontro por um MERCOSUL Produtivo e Social', que em Brasília se converteria na 'I Cúpula Social do MERCOSUL'. (Emb. Hugo Varsky, 2008)

O impulso para a construção da dimensão social teve um forte destaque político nos últimos anos, focalizado na necessidade de avançar no desenho de políticas sociais desde uma visão regional, com um enfoque integral, como forma de gerar desenvolvimento com equidade e justiça social. Esta aspiração se evidencia nos debates e nas propostas das Cúpulas Sociais, assim como também, nas colaborações dos governos locais na conceitualização da dimensão social com especial ênfase na inclusão social, nos direitos humanos e na cidadania regional.

Só por ilustrar esta afirmação trazemos algumas frases do diagnóstico situacional “A inclusão social e os governos locais do MERCOSUL”, realizado desde o projeto regional de Mercocidades “Inovação e Coesão Social”:

“... enquanto a pobreza é um fenômeno estático, a inclusão social tem uma natureza processual. Ela representa de fato o percurso de uma existência de pobreza para uma condição de não-pobreza, de uma existência de discriminação para uma condição de não-discriminação. Se considerada desde o ponto de vista das políticas públicas, trata-se de um conjunto de ações que oferecem oportunidades de acesso a bens e serviços, sejam desde o ponto de vista econômico, como também social e cultural. Falar de inclusão social significa, portanto, referir-se ao processo de conquistas de direitos, como por exemplo, o acesso ao serviço de saúde ou educação, ou o acesso ao trabalho.

...a inclusão social se refere não somente a questões econômicas, senão também às esferas culturais e políticas, como por exemplo, a desigualdade de gênero, a discriminação de raça ou etnia, a questão dos direitos humanos, a cidadania e o tema dos imigrantes. Por outro lado, a ideia da inclusão social é pensar o processo que permite aos indivíduos conquistar maior autonomia e maior autoestima, e que oferece condições para que as pessoas possam se sentir mais felizes no lugar onde vivem.

As políticas públicas não devem separar o desenvolvimento econômico, social e cultural. O desenvolvimento e a inclusão social passam pela cultura. A América Latina oferece bens culturais, porém grande parte da população (os excluídos culturais) ainda não tem acesso a esses bens, acervos, equipamentos e espaços de cultura. A partir do momento em que o Estado passa a valorizar a cultura e seu acesso a todos os cidadãos, torna-se mais simples a implantação de programas transversais que visam o desenvolvimento e o fortalecimento da democracia”.



O Banco de Projetos de IN (Inovação e Coesão Social) está composto de 62 projetos regionais prontos para sua implementação, que provêm de cidades de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Esta agenda de projetos regionais inclui propostas concretas nas mais diversas temáticas sociais da integração regional. Em cifras gerais, integram o Banco de Projetos de IN, 34 propostas de governos locais e 28 de organizações da sociedade civil que abordam várias temáticas, 9 propostas se referem a Integração Produtiva, 22 a Cidadania Regional e 31 a Inclusão Social.

A agenda social e a participação

Como tinha mencionado anteriormente, a dimensão social do MERCOSUL hoje tem nova agenda, com novos canais de participação e diálogo social. Interessa-me destacar a criação da Unidade de Participação Social (UPS), que tem o objetivo de institucionalizar a participação social, assim como o financiamento de seus participantes, dar apoio e continuidade às Cúpulas Sociais e conservar a memória do processo. Conta com uma arquitetura institucional com maior densidade de espaços de atenção ao social, que inclui instâncias sociais como a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS), a Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CMASM) e o ISM.

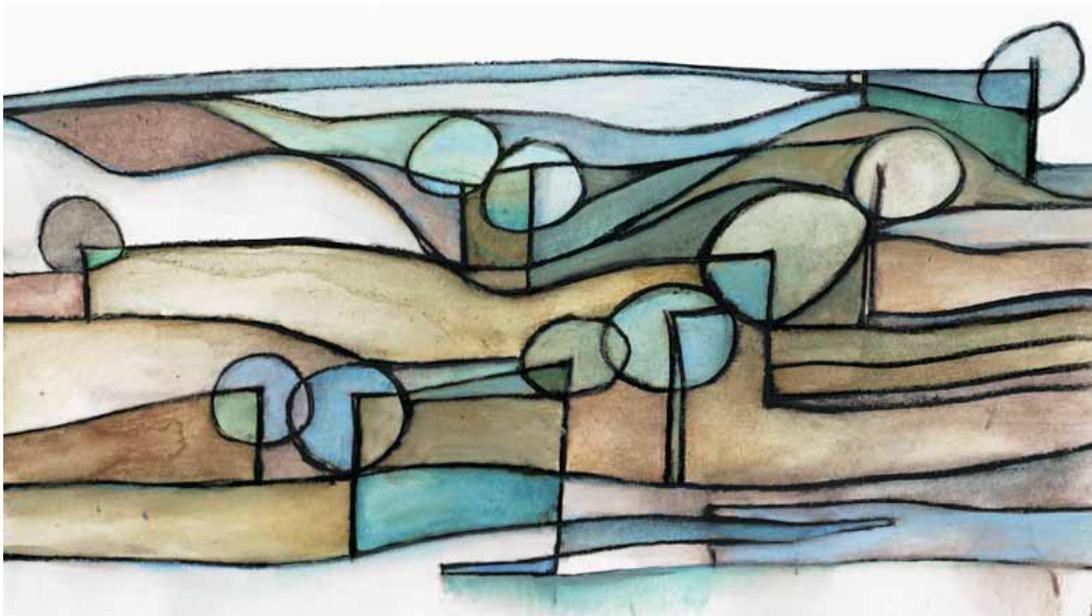
Neste ponto é necessário destacar o papel chave que exerce Mercocidades neste processo. A Rede gerou laços com a institucionalidade do MERCOSUL, com a finalidade de que o tramado institucional se complemente e enlace com as instituições capazes de promover atividades conjuntas. É assim que desenvolve uma política de alianças estratégicas, na qual se inscreve o acordo entre o ISM e Mercocidades, que permitirá o desenvolvimento de ações conjuntas, em coincidência com os objetivos da Declaração de Buenos Aires “Por um MERCOSUL com rosto humano e perspectiva social” de julho de 2006.

Nessa nova agenda social os governos locais devem e podem ser atores privilegiados, que a partir de iniciativas de fortalecimento das capacidades dos atores locais, estejam em melhores condições de propor, formular e desenvolver projetos regionais de forma participativa.

Na implementação do PEAS têm um papel chave a definição de Estratégias Sociais Regionais Anuais. A Estratégia Social Regional para o ano 2012 teve ênfase na “Erradicação da Pobreza Extrema e da Fome no MERCOSUL”. Estas Estratégias orientam a definição de projetos sociais regionais transversais e/ou setoriais, assim como a promoção de políticas nacionais que visam aos mesmos objetivos.

A institucionalidade do MERCOSUL é a responsável de elaborar perfis de projetos sociais regionais no âmbito do PEAS e trabalhar em ações e atividades concretas que lhe deem sustento na vida cotidiana de nossas sociedades. É importante destacar que no final de 2011, se receberam os dois primeiros perfis de projetos sociais regionais: um da RMADS e o segundo da Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL (REM). A CCMASM aprovou o seguimento a estes perfis de projetos, dois Grupos Técnicos Ad Hoc “Erradicação da Extrema Pobreza e da Fome” e “Gênero, Pobreza e Desenvolvimento”, os quais são apoiados tecnicamente pelo ISM. Outro dos perfis de projetos que estão sendo desenvolvidos durante 2012 se refere a delineamentos para um futuro Plano Regional para a Proteção dos Direitos de Meninos, Meninas e Adolescentes migrantes.

Finalmente, como parte da estratégia para implementar o PEAS, encontra-se o diálogo político com outros atores institucionais do processo de integração regional, da coordenação e da consulta com o Fórum Consultivo Econômico e Social, o FCCR, o Parlamento do MERCOSUL, e a Sociedade Civil no nível regional.



A IGUALDADE SOCIAL COMO PRIORIDADE POLÍTICA



Por Christiam Adel Mirza / Diretor Executivo do Instituto Social do MERCOSUL

A primeira década do século XXI marcou sem dúvida o início de um processo significativo de mudanças nas orientações no campo das políticas públicas sociais na Região. Mais especificamente estas transformações se plasmaram na esfera da ação social do Estado, com relação direta aos problemas sociais. Se observarmos as características das políticas orientadas à inclusão e integração social, verificamos uma mudança de enfoque estratégico e normativo, sua tradução nos desenhos e formulação de planos e programas sociais, assim como nos resultados que à vista se comprovam como exitosos.

Tudo parece indicar que nos encontramos em uma etapa de transição marcada pela revisão dos sistemas e modelos de proteção social, com uma intenção implícita de reconstruir uma matriz de bem-estar capaz de resolver os pontos críticos que apresenta nossa realidade societal. Contudo, a dívida fundamental com a equidade e a igualdade social é assunto que preocupa aos governantes da Região.

Revisemos sucintamente os traços que caracterizam esta etapa de transição no último decênio:

1.- Estabilidade democrática e continuísmo:

Parece básico destacar a estabilidade política que apresenta quase toda a Região nos últimos dez anos: não cabe dúvida que nos encontramos ante uma consolidação das democracias, ainda quando se adverte a existência de focos que tentam quebrar a tendência geral. O panorama global permite ressaltar um dado fundamental neste sentido e é a continuidade das orientações estratégicas e programáticas, em virtude dos projetos de transformação que mantêm os partidos e coligações que conduzem as diretivas políticas na maioria das nações sul-americanas.

2.- Estabilidade macroeconômica:

Em tempos de globalização e de forte inter-relação no planeta, os Estados Nacionais ainda contam com margens importantes de autonomia no manejo das principais variáveis macroeconômicas. Tal e como o mostra a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), a crise mundial desencadeada em 2008 foi absorvida pelas economias nacionais latino-americanas em virtude de ter aplicado políticas contracíclicas, o que “permitiu” moderar a profundidade e a duração de seu impacto (CEPAL, 2010).

3.- O regresso do Estado protetor:

A contradição das doutrinas ou teses do Estado minimalista e a desregulação funcional ao padrão de acumulação e aos interesses do capital, particularmente o capital financeiro e transnacional, no último decênio manifesta o retorno do Estado, sobretudo no campo das políticas sociais. O regresso do Estado toma a forma de planos e programas sociais, de uma ação pública massiva, mantida no tempo e com uma importante mobilização e aplicação de recursos orçamentais. A maior intervenção estatal deixa entrever certa intencionalidade de “domesticar o mercado”, ou seja, operar no mesmo com ações volitivas, em algumas esferas muito decisivas para a recuperação dos salários.

4.- Os cidadãos são sujeitos de direitos:

Colocar o centro da atenção nos direitos supõe abandonar a ideia de que os cidadãos são objetos da compaixão e da assistência pública. Devem ser tidos como sujeitos de direitos e o Estado garantir seu pleno exercício; isto é precisamente o que mantém hoje em dia a base conceitual das políticas sociais no MERCOSUL.

5.- Tensão entre universalidade e focalização:

É o que aparece com força no cenário das políticas sociais. De um lado se proclama o acesso universal à educação, a saúde, a habitação (e de verdade se tomam medidas nesse sentido), de outro, persiste o critério de focalização ou de discriminação positiva para o acesso a prestações sociais não contributivas. Mesmo assim, as recentes tendências demonstram uma intenção de percorrer um caminho para aquela universalização, ampliando notavelmente a cobertura de grupos sociais, e introduzindo assim mesmo, o conceito de focalização subsidiária, isto é, uma focalização complementar que contribui para o exercício efetivo dos direitos por parte de setores vulneráveis, que estão em situação de desvantagem econômica e social.

6.- Transferências Monetárias Diretas:

A implementação de Programas de Transferências Condicionadas de Renda é uma marca generalizada em toda a Região. Precisamente com a chegada ao poder político dos partidos e forças progressistas, a transferência monetária direta se ergue como um pilar substantivo das estratégias de combate à pobreza e a indigência. Vale salientar que os impactos naquela direção foram altamente positivos, dado que a indigência ou extrema pobreza baixou de maneira sensível e em menor medida baixaram os índices de pobreza.

7.- Incremento do Gasto Público Social:

Este é um dado relevante, se observamos que na América Latina a porcentagem destinada ao gasto social se localizava em 12,21% do PBI em 1990-91, para o período 2007-2008 subia a 18% e superava levemente os 20% no MERCOSUL. Ainda quando o Gasto Público Social mantém globalmente um caráter procíclico, a maioria das nações desenvolve uma política de expansão do gasto em conjunturas de contração econômica mediante transferências, subsídios e estímulos ao emprego.

8.- O território como espaço privilegiado

Em praticamente toda a Região se assumiu uma abordagem das políticas sociais que põe ênfase no território como o espaço onde se materializam as múltiplas intervenções públicas. Onde também se concretiza a descentralização e desconcentração de serviços e prestações sociais, conjugadas com a participação dos atores sociais locais.

9.- Convergência de estratégias: a questão social na agenda política

Há evidência pelo dito anteriormente, de que o MERCOSUL caminha a passo seguro pela faixa das transformações necessárias na superação da pobreza e da indigência, para o qual devem se ressaltar as recentes decisões que tomou o bloco, relativas à dimensão social do processo de integração regional. Nesse sentido se marcava na Declaração de Buenos Aires “Por um MERCOSUL com rosto humano e perspectiva social” de 14 de julho de 2006: a necessidade de “... assumir a dimensão social da integração baseada em um desenvolvimento econômico de distribuição equitativa, tendente a garantir o desenvolvimento humano integral, que reconhece ao indivíduo como cidadão sujeito de direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Desta forma, a Dimensão Social da integração regional se configura como um espaço inclusivo que fortalece os direitos cidadãos e a democracia.”¹

A Declaração de Princípios do MERCOSUL Social sintetiza os temas que tinham ocupado a atenção e gerado acordos nas reuniões de Ministros e Autoridades do MERCOSUL Social até esse momento.² Os fundamentos conceituais se referem: a centralidade da dimensão social na integração, que pretenda promover um desenvolvimento humano e social integral; a indissociabilidade do social e econômico na formulação,

1. Declaração de Buenos Aires “Por un MERCOSUR con rostro humano y perspectiva social”, Buenos Aires, 14/07/2006.

2. Refere-se à VII Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL, Bolívia, Chile, Peru em 2004; a Declaração de Assunção e a Declaração de Montevideu em 2005; e a Declaração de Buenos Aires em 2006.

desenho, implementação e avaliação das políticas sociais regionais; a reafirmação do núcleo familiar como eixo de intervenção privilegiado das políticas sociais na região; a centralidade do papel do Estado; a proteção e promoção social desde uma perspectiva de direitos, superando a visão meramente compensatória do social; a participação de uma sociedade civil fortalecida de maneira organizacional. Assim mesmo, na Cúpula de Assunção no final de junho o Conselho Mercado Comum aprovou - a proposta da RMADS e da CCMASM - o Plano Estratégico de Ação Social que articula nove eixos fundamentais e 26 diretrizes estratégicas para a Região, que se desenvolverão a partir de 2012 sob o formato de projetos regionais.

Em síntese, a questão social volta a ocupar um espaço hierarquizado nas agendas públicas dos governantes no MERCOSUL e da sociedade em seu conjunto: isso significa recuperar a centralidade do trabalho como mecanismo de integração, observar as novas realidades da exclusão social e da pobreza, identificar e ressaltar as formas históricas de discriminação para determinados grupos sociais, advertir as reclamações por uma cidadania plena, as urgências em matéria de distribuição da riqueza e em resumo, reconhecer que a democracia se consolida e só se assegura na medida em que as pessoas e famílias sintam que naquela residem às respostas a suas demandas e necessidades.

O MERCOSUL tem então um enorme desafio por adiante - que de alguma maneira foi assumido -, seguir reduzindo a pobreza e eliminar a indigência, para avançar substancialmente em direção a diminuir a brecha social ainda existente.



O PEAS E OS GOVERNOS LOCAIS

Por Daniel Olesker, Ministro de Desenvolvimento Social do Uruguai.

Em tempos de crise econômica no nível global, em particular nos Estados Unidos e na União Europeia estão se implementando planos econômicos que implicam cortes de direitos sociais e trabalhistas, nos países de nossa região temos reafirmado perante contextos de incerteza, a necessidade de aprofundar as políticas sociais, consolidando a matriz de proteção social integral.

É uma forte coincidência em todo o MERCOSUL que na hora de falar da matriz de proteção social as mesmas se apoiam, entre outras características comuns, em um desenho descentralizado, onde o vínculo com o território é um de seus eixos centrais. Manifestando-se a importância do papel dos governos locais, visualizados como um ator fundamental para estabelecer o vínculo das políticas nacionais com os atores sociais e as comunidades.

É desta maneira que no nível regional assumimos a mesma perspectiva, com o horizonte de constituir uma rede de proteção social regional que nos ajude a potencializar as redes nacionais e a dar resposta aos novos desafios produzidos pelos avanços do processo de integração regional, as assimetrias presentes entre nossos países e os diferentes formatos de implementação das políticas públicas que desenvolvemos entre outros.

Esta tarefa a compartilhamos com todas as reuniões setoriais da área social do MERCOSUL: Reuniões de Ministros, Reuniões de Altas Autoridades, Reuniões Especializadas, e no caso particular dos governos locais, com o Fórum Consultivo de Cidades e Regiões. Dimensão que vem sendo coordenada pela Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMAS).

Fortalecer esta institucionalidade da dimensão Social do MERCOSUL implica potencializar o papel articulador da CCMAS, criando mecanismos de definição política e trabalho técnico no nível nacional e regional para a definição e implementação de projetos sociais regionais. É assim, que está prevista para este fim de ano a realização de uma reunião ampliada, da mencionada comissão, que inclua a todas as reuniões e fóruns que participam das políticas sociais no bloco regional.

Dentro do mencionado processo, deve se destacar como componente central na atualidade, o início do funcionamento do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) do MERCOSUL, que se ergue como o conteúdo programático e estratégico destas ações, que se cristalizarão na medida em que se gerem projetos sociais regionais de impacto e visibilidade. Será só no momento que este Plano tenha resultados concretos em projetos sociais regionais, que a dimensão social do MERCOSUL demonstrará que a integração dará um avanço qualitativo fundamental para a geração de políticas públicas regionais.

Considerando a amplitude de temas que abrange o Plano, decidiu-se a definição de prioridades bienais que orientem as ações, tendo-se decidido em novembro de 2011 que os projetos que se elevarão neste âmbito se orientem à “erradicação da extrema pobreza e luta contra a fome”. Com o objetivo de estabelecer um apoio técnico na hora de desenvolver projetos regionais, o Instituto Social do MERCOSUL tem um papel central na definição dos projetos sociais regionais, nos estudos de factibilidade dos mesmos e em seu seguimento e avaliação.

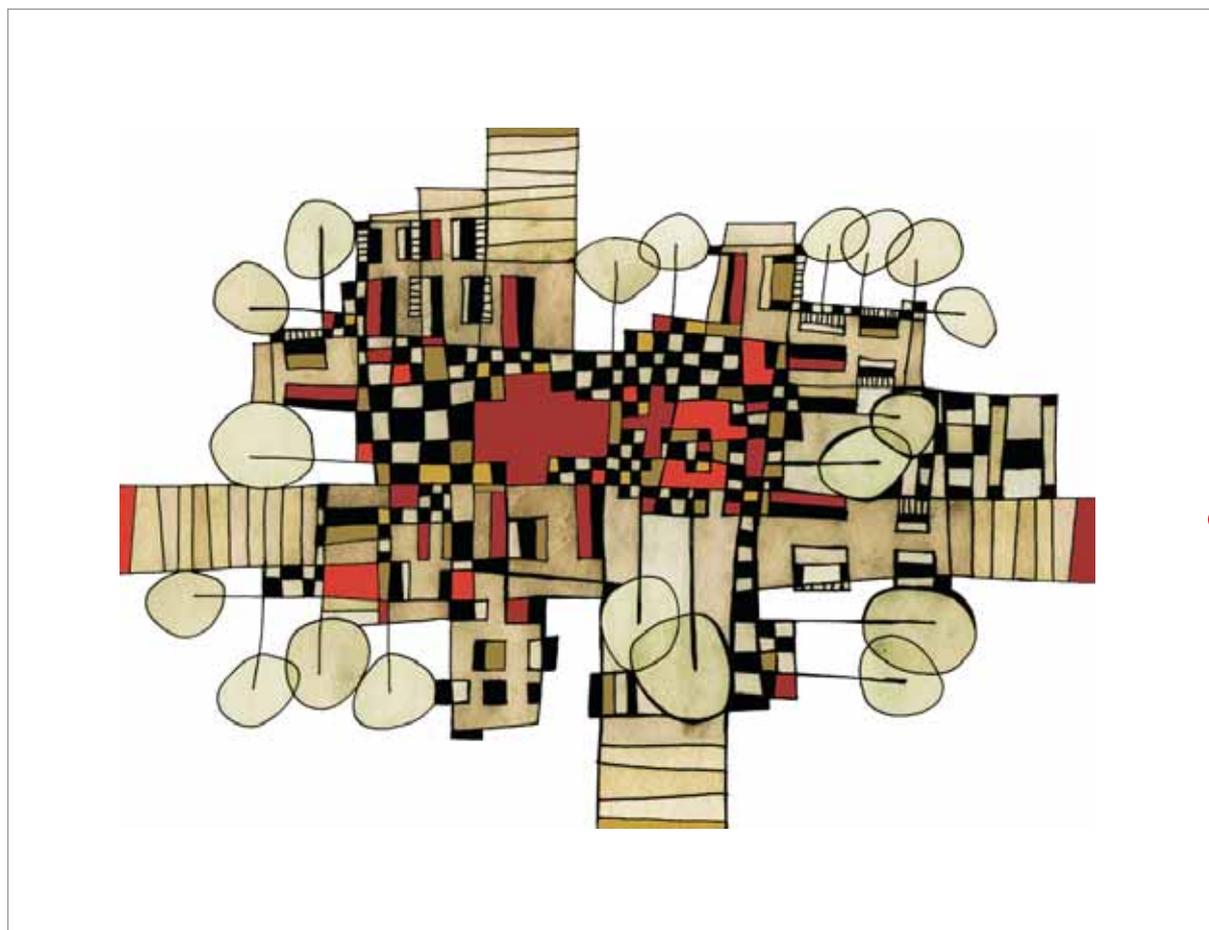
É assim, que na atual etapa de desenvolvimento do MERCOSUL, torna-se indispensável concretizar estes desafios através da definição de um mecanismo de financiamento específico para o desenvolvimento do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL.

Em síntese, o fortalecimento da dimensão social do MERCOSUL:

* Implica passar de objetivos sociais dispersos a um conjunto ordenado, visibilizado, priorizado e possível de ser realizado de objetivos sociais regionais, conteúdos no PEAS;

* Passar de um conjunto de órgãos sociais dispersos a um esquema complexo de instituições sociais coordenadas pela CCMAS, onde é possível desenvolver projetos sociais regionais.

Considerando que o início do funcionamento do PEAS se visualiza através do desenvolvimento de projetos sociais regionais, os governos locais têm um papel fundamental na hora do desenho e implementação em seu território. É necessário que a CCMAS e o FCCR (Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL) consigam uma coordenação e um mecanismo de trabalho conjunto que encaminhem as ações no bloco regional.



MERCOCIDADES NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO+20

Sebastián Valdomir / Assessor da Divisão de Relações Internacionais e Cooperação da Intendência de Montevideú (Uruguai)

A Cúpula de Rio+20, organizada pelo governo do Brasil e pelas Nações Unidas em junho de 2012, no Rio de Janeiro, possibilitou que uma pluralidade de atores debatesse as urgências e gravidades da situação ambiental global. Os governos locais da América do Sul e de outras regiões estiveram presentes nos debates através de múltiplas instâncias de trabalho e reuniões especializadas, tanto no processo preparatório para a Cúpula de Rio+20, como na própria sessão oficial.

Mercocidades propôs um processo de trabalho para Rio+20 desde sua 16ª Cúpula, realizada na cidade de Montevideú, em dezembro de 2011. Nessa oportunidade se acordou elaborar uma estratégia para apresentar a visão dos governos locais que integram Mercocidades, e articular as diferentes etapas da estratégia desde a Unidade Temática de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (UTADS), com o acompanhamento da Secretaria Executiva.

O documento de posicionamento desde Mercocidades para Rio+20 foi sendo construído em diversas instâncias de trabalho da UTADS, sob o critério de visibilizar as políticas que os governos locais que integram Mercocidades realizam na promoção da Sustentabilidade e no cuidado ambiental.

A UTADS manteve duas instâncias de discussão para a elaboração do documento de Mercocidades para Rio+20, em Punta del Este em março de 2012 e em Canelones/Montevideú nos dias 9 e 10 de maio, que incluíram uma Jornada Regional de Educação Ambiental de Mercocidades. Além disso, participou-se no Fórum Latino-Americano de Desenvolvimento Sustentável organizado nos dias 23 e 24 de abril pela Municipalidade de Rosário, Argentina, em conjunto com dezenas de organizações sociais e movimentos da região.

Outro critério de trabalho foi o da articulação de Mercocidades com outros atores da integração regional e a sustentabilidade, como o International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI), o Parlamento do MERCOSUL, o Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR), o Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério de Vivenda, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente do Uruguai (MVOTMA), entre outros.

Neste processo de trabalho, Mercocidades foi convidada para a Reunião de Alto Nível para os Governos Locais preparatória de Rio+20, organizada por Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), realizada na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque no dia 23 de abril de 2012. Nesta oportunidade, Mercocidades esteve representada pelo prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida (ver quadro).

Finalmente, no marco do Acordo de Trabalho entre Mercocidades e o ICLEI, subscrito em dezembro de 2012 durante a Cúpula em Montevideu, participou-se no Congresso Mundial do ICLEI que foi realizado em Belo Horizonte, durante a semana prévia à Conferência de Rio+20. A representação de Mercocidades no Congresso Mundial do ICLEI e em Rio+20 esteve a cargo da Secretaria Executiva e da Secretaria Técnica Permanente, a coordenação da UTADS através da cidade uruguaia de Canelones, o intendente Fernando Grey de Esteban Echeverría (Argentina), o intendente de Maldonado (Uruguai) e subcoordenador da UTADS, Óscar de los Santos, a intendente Mónica Fein de Rosário (Argentina) e o prefeito Marcio Lacerda de Belo Horizonte (Brasil), quem foi também o porta-voz de Mercocidades em Rio+20 e fez a apresentação da Rede.

As propostas de Mercocidades

> Reconhecer o papel das cidades e das colaborações locais para uma nova governança para o desenvolvimento sustentável.

> Assumir, desde os governos locais, o desafio de trabalhar desde a gestão, para avançar no desenvolvimento sustentável com a participação cidadã.

> Fortalecer nossas capacidades para uma nova governança ambiental, impulsionando espaços e mecanismos que assegurem o acesso a recursos de distinto tipo, tanto desde os governos nacionais como desde as agências internacionais de cooperação.

> Apoiar a definição de uma iniciativa no nível das Nações Unidas sobre cidades sustentáveis para todos, com inclusão social e desenvolvimento local.

* Incorporar como quarto pilar do desenvolvimento sustentável a dimensão cultural, entendendo que é considerando as identidades locais que se vai conseguir um verdadeiro reconhecimento da cidadania.

> Os governos locais viemos trabalhando e nos comprometemos a aprofundar nosso compromisso, desde a planificação e a gestão, para lograr o desenvolvimento sustentável com a participação cidadã.

Comprometemo-nos a aperfeiçoar desde o cenário das cidades ferramentas como a Agenda 21 e os bancos de experiências para a cooperação sul-sul, envolvendo aos atores locais, compartilhando experiências e gerando instâncias de cooperação.

> Promover iniciativas vinculadas a migrar a modelos econômicos que reduzam a iniquidade social, e que não limitem nosso direito ao desenvolvimento no marco da sustentabilidade.

> Compartilhar a convicção de que se deve assegurar o apoio e colaboração dos países desenvolvidos -no âmbito do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas-, fundamentalmente para o desenvolvimento das agendas ambientais locais e o fortalecimento das capacidades dos governos locais da região.

> Fortalecer os espaços e mecanismos de articulação e cooperação, tanto no nível nacional como internacional. Trabalhar em conjunto, com ações coordenadas e através de cooperações e acordos entre as cidades para lograr estes objetivos.

> Acordar com os termos da declaração “Colaborações para o processo preparatório da Cúpula Rio+20” dos Ministros de Meio Ambiente do MERCOSUL e Chile aprovada a partir da reunião do Subgrupo de Trabalho 6 do MERCOSUL, realizada em Montevideu, em setembro de 2011.

> Propor a necessidade de consolidar âmbitos orgânicos de representação dos governos locais na discussão e decisão dos temas inerentes ao desenvolvimento sustentável, no nível nacional e internacional.

> Apoiar a consideração pela Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável do PARLASUL, da promoção de mecanismos de audiência cidadã, no nível regional.

Mercocidades presente na Reunião de Alto Nível do CGLU nas Nações Unidas

Passagens da intervenção do prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida

*Senhor secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,
Senhor diretor executivo do Hábitat das Nações Unidas, Joan Clos,
Senhor presidente de Cidades e Governos Locais Unidos, Kadir Topbas,*

Este momento é de importância crucial para as autoridades locais. De fato, como se tem notado mais fortemente desde meados dos anos 80, os governos locais vêm se comprometendo no nível mundial, na estruturação e formação de redes solidárias de diálogo e de mediação com outros atores internacionais. Isto vem sucedendo como resposta aos desafios urbanos ocorridos sem precedentes na história da humanidade, pelo impacto dos fenômenos ambientais, econômicos e sociais, fenômenos globais, plenamente identificados em Rio, em 1992, e definidos naquela ocasião como uma “Agenda para o século XXI”.

Como espaço da inovação financeira, técnica e de inclusão cidadã, as cidades têm mobilizado seus recursos para alcançar uma maior justiça social, sustentabilidade ambiental e democracia plena. As cidades desejam, portanto, de acordo a suas experiências, competências e legitimidade, participar imediatamente das definições políticas e, sobretudo, das ações políticas que determinarão o futuro do planeta.

As cidades são os níveis de governo mais próximos às pessoas: o primeiro interlocutor da população e o primeiro operador-ator que implementa localmente as políticas de desenvolvimento.

Juntos e em colaboração com os demais atores envolvidos no desenvolvimento sustentável, as autoridades locais têm repetidamente tentado alcançar essas visões, recomendações, programas de cooperação e estratégias urbanas comuns, capazes de atender as necessidades identificadas pelas populações das quais somos responsáveis. A rede Mercocidades, por exemplo, vem construindo grupos de trabalho para a harmonização de políticas públicas municipais em várias áreas, sempre buscando a integração regional cidadã e o desenvolvimento sustentável.

Juntas, as cidades de todo o mundo têm repetidamente tentado alcançar um reconhecimento de sua posição central nas discussões internacionais, especialmente ante os desafios colocados pela mudança climática e com a definição de políticas de desenvolvimento e acesso a financiamento que verdadeiramente reflitam as prioridades e respondão às necessidades locais.

Hoje, quando a maior parte do mundo considerado como desenvolvido vive as graves consequências da crise internacional sistêmica de 2007, notamos uma situação delicada que coloca estes países em uma montanha russa imprevisível, especialmente quando são retidos os recursos e investimentos necessários para sua recuperação.

Considerando que o acesso ao financiamento para o desenvolvimento das cidades é cada vez mais complexo e mesmo insolúvel em muitos casos, fez-se fundamental tentar criar uma engenharia financeira e técnica por meio das redes de cidades que gerasse ferramentas próprias e que atendesse às demandas e exigências das autoridades locais e de suas cidades.

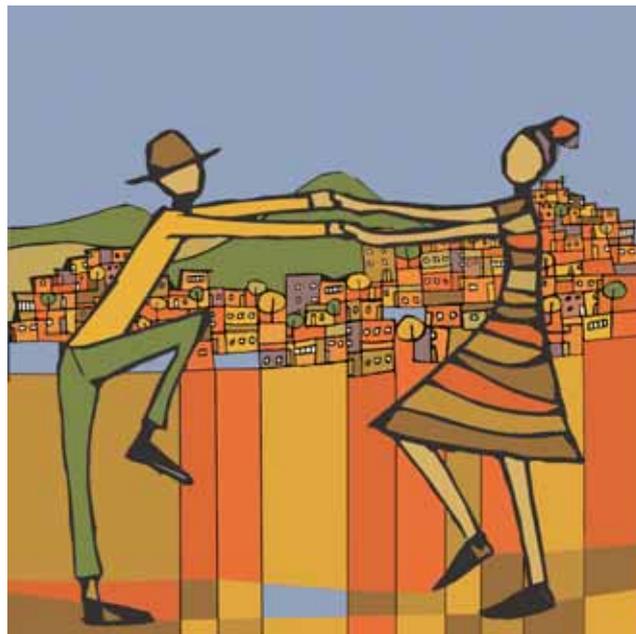
Para isso foi criado, em outubro de 2010, o Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV), organização que tenho a honra de ser o Vice-Presidente. Em princípio como iniciativa das autoridades locais membro da rede Metrôpoles e da organização Cidades e Governos Locais Unidos, o FMDV tem como vocação apoiar as cidades no acesso ao financiamento necessário para a consecução de seus projetos de desenvolvimento urbano.

Neste sentido, o UN/Habitat se destaca como um interlocutor privilegiado e dedicado, que dispõe de competências estratégicas para alertar os Estados Nacionais e outros atores multilaterais sobre as questões e prioridades do desenvolvimento urbano, de acordo com a experiência e as colaborações das autoridades locais.

Estimados colegas e autoridades, cabe a nós tomar coragem, aqui, na tomada de uma decisão histórica, para que realizemos reformas institucionais que fortaleçam o papel da governança local, e reconheçam as cidades como representantes diretas da população mundial e participantes legítimas dos debates internacionais.

Para concluir, uma parábola que tem muito que ver com nossa cidade, sede do maior aeroporto da América Latina: os otimistas e os pessimistas são igualmente necessários para a evolução da sociedade como um todo. Se o otimista inventa o avião, o pessimista inventa o pára-quadras. Porém, sem o local, o solo, uma base, um território onde se possam pousar, as ideias e invenções tanto de um como de outro, perdem todo o sentido.

*Obrigado a todos por sua atenção.
Um forte abraço.*



Apresentação do intendente de Maldonado e subcoordenador da Unidade Temática de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Mercocidades, Óscar de los Santos, no Conselho Mundial do ICLEI - Belo Horizonte, 14 de junho de 2012

No marco dos compromissos de Mercocidades, Uruguai, e particularmente, o departamento de Maldonado, tem o enorme desafio de avançar em um modelo de sustentabilidade desde o ponto de vista ambiental, que assegure com sustentabilidade econômica o desenvolvimento das cidades. Nos próximos anos, cerca de 80% da população mundial vai viver em grandes metrópoles - a migração permanente do campo à cidade é um processo irreversível- e as cidades têm que se preparar para gerar serviços e qualidade de vida para todas as pessoas que nelas habitam.

A sustentabilidade ambiental nestes territórios onde se desenvolvem as cidades tem enormes oportunidades, porém também pode ter muitas fraquezas. Algumas delas são que as cidades se desenvolvam sem planificação territorial, que não se considere a incorporação da população com distintos traços culturais, que o consumo de energia ocorra com a depredação de matas, que a falta de infraestrutura de saneamento contamine os lençóis freáticos. Se estes aspectos, que estão relacionados com os impactos ambientais, não são considerados, é muito difícil que se possa pensar em um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

Não há dúvida que a extensão das cidades em um território, na medida em que não se planifique, pode vulnerar zonas úmidas e ecossistemas, e isto tem que ser previsto com planos estratégicos que tenham como centro do desenvolvimento ao ser humano. A sustentabilidade não pode ser só a apreciação da paisagem, da natureza, sua fauna e sua flora, deve incorporar como centro da paisagem ao ser humano, e o ser humano realiza uma série de atividades que lhe demanda a própria cidade e ao mesmo tempo, a cidade tem que crescer e se desenvolver economicamente para atender essas demandas.

A aposta por cidades de qualidade fala também da necessidade de incorporar tecnologias no manejo dessas cidades, e na construção de identidades culturais desses povos, que se instalam arredor das zonas urbanas e incluso nas periferias.

O dilema que temos os que necessitamos -como tomadores de decisão- orientar e planificar o desenvolvimento destas zonas, onde viverá esse acúmulo de população, passa por assegurar que a infraestrutura e os serviços que necessitam estes setores sejam gerados através de outras oportunidades que as cidades têm. O desenvolvimento de um modelo turístico, de qualquer urbanização, e o manejo da nossa faixa litorânea, são também uma oportunidade para incorporar tecnologias e a um amplo espectro da participação cidadã.

Os países do norte demandam aos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento uma série de medidas cautelares que assegurem a sustentabilidade desde o ponto de vista ambiental e de formas de desenvolvimento do território.

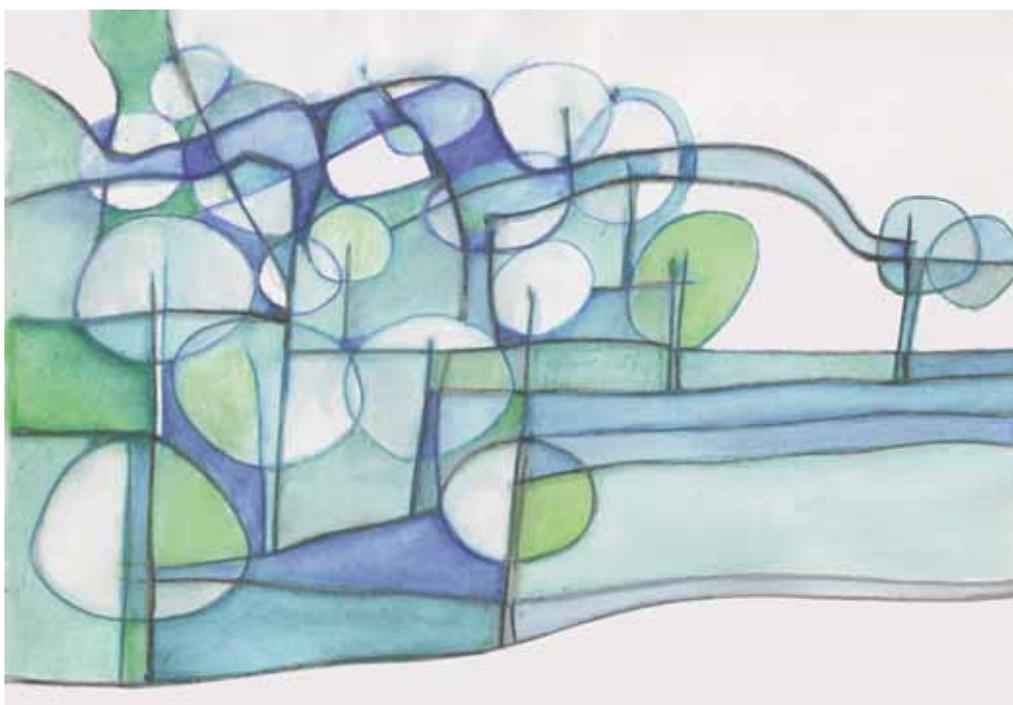
Acredito que os países desenvolvidos devem contribuir com o mundo subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento com as tecnologias e as capacidades instaladas para administrar territórios. Não se pode gritar superficialmente: "sigam-nos transferindo matérias-primas que nós as transformamos em nossos territórios com tecnologias aplicadas, e vocês vivam no submundo da pobreza", se não há uma aquisição de um maior nível de responsabilidade, as assimetrias ameaçarão o planeta.

Qualquer governante deve assegurar que todas as pessoas possam se desenvolver plenamente, e isso se faz em uma circunscrição, em um território que devemos planificar. Porém, também é certo que ante os acordos internacionais, incluso depois de Rio, não conseguimos avançar nos compromissos que os países desenvolvidos tinham e então, os demais países e particularmente as cidades, lutam em termos culturais da sustentabilidade por algo que está demonstrado que são os níveis de eficiência dos modelos de desenvolvimento local.

Em um mundo mais globalizado e mais universal a tomada de decisões no local afeta decididamente, não só a qualidade de vida das pessoas, senão no conjunto de compromissos que possamos tomar em relação à sustentabilidade ambiental.

É impensável então (ainda que não quiséssemos tocar a natureza por uma definição ortodoxa) acreditar que podemos ser submissos frente aos reclamos senão demandamos a atenção do mundo desenvolvido com suas tecnologias, com seu conhecimento acumulado. E nos resistimos a que nossos estados locais sejam só abastecedores de matéria-prima para o mundo desenvolvido.

Por isso, necessitamos planificar nossos territórios, construir o conceito de urbanismo que incorpore ao meio ambiente, ao ecossistema, a paisagem, ao ser humano como um sujeito de direitos e responsabilidades, e estados que permitam gerar mais riquezas para atender as assimetrias sociais e estabelecer uma distribuição mais justa da mesma e aí, os países mais desenvolvidos têm uma enorme responsabilidade.



SECRETARIA EXECUTIVA DA REDE DE MERCOCIDADES (2012 – 2013) QUILMES, ARGENTINA

Por Francisco V. Gutiérrez¹ / Prefeito de Quilmes, Argentina.

A cidade de Quilmes, cujo Departamento Executivo tenho a honra e a responsabilidade de exercer, incorporou-se à Rede de Mercocidades em sua VI reunião Cúpula realizada na cidade de Rosário, Província de Santa Fe, no ano 2000.

A partir de 2008, Quilmes retomou sua presença na Rede participando de todas as Cúpulas (Canelones, Rosário, Belo Horizonte e Montevideu) e tem tido uma ativa representação em diversas instâncias, Unidades Temáticas e grupos de trabalho.

A Cidade passará a exercer a Secretaria Executiva da Rede de Mercocidades a partir do mês de dezembro próximo², de conformidade ao resolvido na XVI Cúpula da Rede.

Sendo que os eixos prioritários da agenda de Mercocidades radicam na integração produtiva e fronteiriça, na inclusão social e na cidadania regional, assim como também em impulsionar um crescente protagonismo no espaço sul-americano, colaborar para o fortalecimento do Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR) e potencializar o relacionamento externo com Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), com a Rede Interlocal (Rede Ibero-Americana de Cidades para a Cultura), o Programa ou Agenda 21 das Nações Unidas (ONU) para promover o desenvolvimento sustentável, a Rede FAL (Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social e a Democracia Participativa), a Rede FALP (Fórum de Autoridades Locais Periféricas), os Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI) e o Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), entre outros, procuraremos continuar com os trabalhos efetuados pelas precedentes Secretarias Executivas, respeitando, executando e ampliando aspectos atinentes ao acervo institucional da Rede.

Desejamos fortalecer as instâncias da Rede e incentivar a participação das cidades membros. Isso não obstaculizará a predisposição de sair ao encontro de cidades que não formam parte de Mercocidades.

Nesta etapa histórica, a importância das redes, como a de Mercocidades, entre outras questões, facilita o diálogo e a coordenação regional e inter-regional, onde não se deve perder de vista a existência da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

1. Prefeito de Quilmes (Frente para a Vitória); cidade localizada na Província de Buenos Aires, a 20 quilômetros ao sul da Cidade Autônoma de Buenos Aires e a 40 quilômetros da Cidade de La Plata (Capital provincial). Sua superfície é de 94 km². Sua população é de 575.000 habitantes. O Prefeito Gutiérrez completou seu primeiro mandato (2007 – 2011), tendo sido reeleito (2011 – 2015). E-Mail da Secretaria de Relações Institucionais, Regionais e Internacionais: siri@quilmes.gov.ar; relacionesinternacionales@quilmes.gov.ar; Web: www.quilmes.gov.ar; área de Vinculação Internacional: www.quilmes.gov.ar/comcosur/index.php

2. Portanto, será a sede e representante oficial de MERCOCIDADES que engloba, no presente, a mais de duzentas sessenta cidades da América do Sul (artigos 3° e 27° do Estatuto da Rede de MERCOCIDADES).

Considerando que acontecerão em nossa Cidade encontros tão fundamentais para a região como o Fórum Ibero-Americano de Cultura e a XVII Cúpula de Mercocidades, é que surgiu o lema para a Cúpula: “Para uma Cultura de Integração Regional”. Concebemos a cultura como ferramenta de inclusão social, de encontro entre os povos. Apoiamos também que em todos os processos de integração deve ter um lugar central como instrumento transformador já que é, nada mais nem nada menos, que o modo de ser dos povos, das sociedades, que vão unindo suas histórias, costumes e pareceres, dando lugar à consolidação de sua identidade como povo.

Nosso lema convocador é, então, um compromisso com a história compartilhada, para aprofundar o respeito à diversidade e ampliar também a visão tradicional do fato cultural para a promoção, proteção e difusão das indústrias culturais de todas as cidades da Rede.

A Cidade de Quilmes, frente à tarefa de ser a próxima Secretaria Executiva, tem uma função de responsabilidade e uma obrigação de esperança para o futuro. A mesma será exercida com a vocação de contribuir para o aprofundamento de Mercocidades e do MERCOSUL.

Com expectativas e desejos, com princípios, ideais e compromisso pela integração, é que aguardamos a data da XVII Cúpula da Rede de Mercocidades, que esperamos nos depare novos desafios que, tendo como norte um MERCOSUL inclusivo, cultural, social e produtivo, devemos -entre todos- honrar.





diálogo

Nº 28 Secretaria Executiva de Mercocidades

2011/2012

www.mercocidades.org

MERCOCIDAD